

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

ISRAEL PEDRO SILVA DE CARVALHO SANTOS

**POLÍTICA DE COTAS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFPE:
mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes**

RECIFE

2022

ISRAEL PEDRO SILVA DE CARVALHO SANTOS

**POLÍTICA DE COTAS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFPE:
mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do diploma de graduação e título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte

RECIFE

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Israel Pedro Silva de Carvalho.

Política de cotas no Colégio de Aplicação da UFPE: mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes / Israel Pedro Silva de Carvalho Santos. - Recife, 2022.

64, tab.

Orientador(a): Eliane Maria Monteiro da Fonte

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Sociais - Bacharelado, 2022.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Cotas sociais. 2. Democratização do ensino. 3. Assistência estudantil. 4. Desigualdade. 5. Políticas públicas. I. Fonte, Eliane Maria Monteiro da. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

ISRAEL PEDRO SILVA DE CARVALHO SANTOS

**POLÍTICA DE COTAS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFPE: mudanças no
perfil socioeconômico dos estudantes**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais - Bacharelado da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: 10/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Francisco Jatobá de Andrade (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Viviane Alves de Lima (Examinador Externo)
Instituto Federal de Pernambuco (Campus Paulista)

AGRADECIMENTOS

Na escrita desse trabalho de conclusão de curso, e também durante todo o difícil percurso até chegar nele, contei com o apoio de diversas pessoas a quem sou extremamente grato.

Não poderia deixar de agradecer primeiramente à minha família, obrigado por compreenderem minha ausência nos últimos meses. Especialmente aos meus pais por me incentivarem e acreditarem em mim, devo a vocês minha eterna gratidão.

Aos grandes professores que contribuíram para minha formação política e acadêmica, em especial à minha orientadora, Eliane da Fonte, por ter abraçado a ideia da pesquisa e me orientado com paciência.

Agradeço também às minhas queridas amigas, meus suportes, com quem passei os melhores e piores momentos na Universidade: Dai, pelas palavras de incentivo e carinho quando batia o desânimo; Chaguinhas, pelos cafés e abraços nas horas de cansaço. Vocês são incríveis.

A todos funcionários e trabalhadores da Universidade Federal de Pernambuco, formais e informais: obrigado por manterem este lugar de pé.

Ao Colégio de Aplicação por possibilitar este trabalho. À assistente social da instituição, Cintya Roberta, um exemplo de profissional, por ter sido tão acolhedora e solícita ao conceder a entrevista e disponibilizar os dados utilizados na pesquisa.

Enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram nesta caminhada, muito obrigado. Iremos vencer!

RESUMO

O presente trabalho se propõe a estudar os impactos, em decorrência da adoção da política de cotas para estudantes oriundos de escola pública, nos processos seletivos do Colégio de Aplicação da UFPE a partir de 2017. Para tanto, através de dados secundários disponibilizados pelo colégio, comparei o perfil socioeconômico do alunado entre os anos de 2017 a 2022 e realizei entrevista com a assistente social da instituição. Entendendo a política de cotas como um passo importante, mas não um esforço único e suficiente para diminuição das desigualdades educacionais, avaliei o processo de implementação e a extensão da cobertura da assistência estudantil direcionada aos alunos em vulnerabilidade social do CAp durante o período estudado. De fato, a implementação das cotas trouxe mudanças significativas no que diz respeito ao público que frequenta este colégio, antes ocupado apenas por alunos das classes média e alta. Porém, é preciso pensar formas de aperfeiçoar a política, tendo em vista que possui limitações óbvias ao não levar em consideração critérios como raça e renda familiar em seus processos de seleção. Junto à política de reserva de vagas, é necessário também pensar estratégias para assegurar direitos, acessos e atendimento especializado a estes estudantes de acordo com suas demandas, a fim de promover a democratização do acesso ao ensino de forma plena.

Palavras-chave: cotas sociais; democratização do ensino; assistência estudantil; desigualdade.

ABSTRACT

The present work proposes to study the impacts, as a result of the adoption of the quota policy for students from public schools, in the selective processes of the Colégio de Aplicação of UFPE since 2017. For that, through secondary data made available by the college, I compared the socioeconomic profile of the students between the years 2017 to 2022 and conducted an interview with the social worker of the institution. Understanding the quota policy as an important step, but not a single and sufficient effort to reduce educational inequalities, I evaluated the implementation process and the extension of coverage of student assistance directed to students in social vulnerability of CAp during the period studied. In fact, the implementation of quotas brought significant changes with regard to the public that attends this school, previously occupied only by students from the middle and upper classes. However, it is necessary to think of ways to improve the policy, given that it has obvious limitations in not taking into account criteria such as race and family income in its selection processes. Along with the vacancy reservation policy, it is also necessary to think of strategies to ensure rights, access and specialized care for these students according to their demands, in order to fully promote the democratization of access to education.

Keywords: social quotas; democratization of teaching; student assistance; inequality.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFPE: PROCESSO DE FORMAÇÃO E MUDANÇAS NO ACESSO AO LONGO DOS ANOS	15
2.1 Ações afirmativas: objetivos e impactos no Brasil.....	22
3. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: UM PERCURSO HISTÓRICO.....	26
3.1 Assistência Estudantil na UFPE e o contexto de cortes.....	30
3.2 Assistência Estudantil no CAP-UFPE: êxitos e limitações.....	33
4. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFPE: OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE COTAS	39
5. CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista.....	62
APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	63
ANEXO A - Carta de Anuência para a realização da pesquisa no CAP-UFPE.....	64

1. INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 apresenta-se como um grande marco para a educação brasileira, pois nela houve um reconhecimento da importância legal da educação, como é descrito no Art. 205. Passa, então, a ser dever do Estado, como também da sociedade, promover o direito à educação para todos. Desse modo, a educação adquire, pelo menos em tese, um caráter universal, seguindo as tendências firmadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo obrigatória a oferta de vagas desde a Educação Infantil ao Ensino Médio.

Mesmo com essas grandes conquistas no âmbito do direito, se mantém um sistema dual, como descrito por Anísio Teixeira, em que as escolas privadas e públicas possuem funções sociais bastante distintas entre si:

Ora, o chamado ensino secundário, no Brasil, vem cogitando simplesmente da preparação para esse tipo intelectual de trabalho, o que eu julgo uma solução incompleta do problema e de certo modo perigosa, porque contribui para manter a velha concepção dualista, inconscientemente alimentada, de uma educação profissional para o povo, expressão em que, de regra, só se compreendem os elementos menos ambiciosos ou menos afortunados da sociedade - e uma educação acadêmica para os que presumem não ser povo ou não o querem ser (TEIXEIRA, 1998, p. 107).

Interligando, desta maneira, diferenças no acesso a recursos e estruturas para um bom funcionamento dos processos educativos, fora do sistema público de ensino surgem também outras demandas que vão além destes aspectos, que se atentam às péssimas condições de vida da grande maioria dos alunos e de suas famílias. Consequentemente, os aspectos institucionais passam a estar entrelaçados com o pauperismo vivido pelo alunado e sua família.

Contudo, com a expansão da educação e o desenvolvimento das condições socioeconômicas da sociedade, foram criadas escolas modelos dentro do próprio sistema público de ensino, como é o caso do Colégio de Aplicação (CAP) da UFPE que, desde a sua fundação em 1958, já apresentava a proposta de ser um laboratório experimental para elaboração de novas técnicas pedagógicas e educacionais. Desenvolvendo ações de pesquisa, ensino e extensão abarcando uma educação integral, indo do ensino fundamental ao ensino médio.

Há ainda um grande percurso a ser enfrentado para que a educação de qualidade possa se estender aos mais diversos ambientes educacionais. Temos em nosso país discrepâncias em

relação ao ensino, seja em um aspecto regional, seja em uma comparação entre esfera pública e privada. Neste contexto, o Colégio de Aplicação da UFPE mostra-se realmente como um ponto fora da curva se comparado às demais escolas públicas; por exemplo, de acordo com o MEC, o CAP alcançou a melhor média no Enem 2019 entre escolas públicas e privadas do Estado de Pernambuco, e ficou em segundo lugar no Brasil quando consideradas apenas escolas públicas. (UFPE, 2020)

Em 2017, o Colégio de Aplicação passou por uma grande mudança em seu processo seletivo ao estabelecer o ingresso por cota para estudantes oriundos de escola pública, mediante comprovação documental. O espaço, desde então, passou a incorporar alunos de origens sociais que antes possuíam chances mínimas de ingresso, tendo que ultrapassar barreiras das mais diversas ordens em um contexto de desigualdades.

Neste trabalho, busco analisar o impacto inicial da política de cotas na instituição; para tanto, é realizada a comparação do perfil do alunado do Colégio de Aplicação entre os anos de 2017 a 2022. Entendendo a política de cotas como um passo importante, mas não um esforço único e suficiente para diminuição das desigualdades educacionais, procura-se também avaliar o processo de implementação e a extensão da cobertura das políticas assistenciais surgidas, desde 2017, no CAP direcionadas aos alunos cotistas.

A justificativa desta pesquisa passa pela importância de se entender os impactos sociais da implementação da política de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas existente desde o processo seletivo de 2017 no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco. As políticas afirmativas surgem como uma medida paliativa e temporária para nivelar ou tentar equalizar diferenças socioeconômicas e raciais no Brasil. É imperioso avaliar e medir a efetividade da atuação dessas políticas nas esferas a que estão sujeitas, de modo que sejam remodeladas para a atualidade ou descartadas no caso de não serem mais necessárias ou não cumprirem com suas demandas propostas.

Senti a necessidade de me debruçar sobre a temática da democratização do ensino, em conjunto com as políticas de assistência estudantil, visto que tais assuntos não podem ser analisados separadamente. Assim como o reconhecimento da importância das políticas de cotas para o direcionamento de uma educação mais inclusiva e plural. É perceptível os desafios para garantir não apenas a entrada, mas também a permanência desses indivíduos, visto que o acesso é só mais uma etapa dos desafios encontrados dentro do sistema escolar, considerando os baixos recursos das camadas mais pobres no acesso aos capitais culturais, sociais e econômicos.

Para além da questão prática de ser necessária a revisão e acompanhamento da política, as avaliações de eficácia e eficiência das políticas afirmativas abrem precedente para entender como a sociedade pode ter avançado durante o recorte de tempo analisado, como se desenvolveram os setores e as camadas da sociedade que supostamente deveriam ser atingidos positivamente com essas políticas. Como a mudança ou não do perfil dos sujeitos-alvo pode indicar o cumprimento ou não das metas e quais os reflexos e consequências dessas ações em escala macrosocietária.

Fundado em 1958, o Colégio de Aplicação era vinculado à antiga faculdade de filosofia da UFPE e apresentava como principal objetivo servir como local de estágio para os licenciados da instituição, a “escola laboratório” servia como campo de experimentações pedagógicas, trazendo melhorias para o ensino fundamental e médio. Atualmente é administrado pela Universidade Federal de Pernambuco, mantendo seus princípios descritos acima. De acordo com seu site oficial, o CAP-UFPE possui três grupos de pesquisa institucionais registrados no CNPq com foco na experimentação pedagógica e formação de professores na educação básica. São eles: Núcleo de Estudos Literários e Linguísticos; Sequências didáticas de conteúdos específicos, instrumentos e dispositivos; Desenvolvimento Integral, Competências e Aprendizagens. Conta ainda, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (MPPP-UFPE), com o Grupo de Pesquisa e Extensão “Políticas públicas voltadas para a educação pública”.

Mesmo sendo uma escola pública, se destaca no ensino trazendo para seu currículo disciplinas infrequentes à realidade brasileira como teatro, música, arte, história germânica e hispânica, etc., buscando o princípio da interdisciplinaridade. Outro fator de diferenciação, é a diversidade de línguas estrangeiras dentro do currículo escolar, em que o aluno pode escolher entre aulas de inglês ou francês ainda no fundamental, e ao adentrar no ensino médio abre a possibilidade de incluir mais uma língua em sua grade. A escola estabelece o sistema semi-integral em que os alunos do ensino fundamental passam dois dias da semana em horário integral, enquanto os estudantes do ensino médio passam três dias. A instituição segue as resoluções dos Art. 4º da LDB na qual prevê a entrega de livros escolares e merenda de forma gratuita.

O processo de seleção buscava atrair os “melhores alunos” para a instituição, oferecendo uma média de 60 vagas anualmente para o ingresso no 6º ano do ensino fundamental II, não aceitando matrículas em séries posteriores, a não ser por exceções como é o caso de vagas ociosas, que serão preenchidas por outro processo seletivo. Vale ainda ressaltar que o colégio de aplicação faz parte de um corpo de 16 colégios espalhados pelas

universidade federais em todo país e expressam a diferenciação dentro do espaço administrativo do sistema público de ensino (estadual, federal e municipal) que determina de forma visceral a qualidade e excelência no ensino, salários acima da média aos docentes, inovação pedagógica e um procedimento seletivo de ingresso.

Dentro do sistema escolar brasileiro, historicamente sempre buscou-se preservar um sistema dual que, norteado pelos interesses da classe dominante, buscava “conservar a imobilidade social” (TEIXEIRA,1969, p.278) no país, deteriorando o sistema público de ensino ou privando as camadas mais pobres do acesso à escola, seja por meio de violência simbólica, onde num contexto escolar, percebe-se a desvalorização ou supervalorização de diferentes aspectos, notadamente intelectuais, seja por dificuldades que permeiam a realidade dos alunos, tais como gravidez na adolescência, tráfico de drogas, problemas com a família, etc. Expressões da questão social que são negligenciadas pelo Estado e acabam expulsando os alunos do meio e do sucesso escolar.

É dentro desse contexto de disparidades no ambiente educacional que estão localizadas as escolas públicas do país, e neste ponto, como demonstrado, o CAP não se encontra fora deste cenário. Por isso, na busca pela democratização do ensino e como resposta a uma luta de doze anos, o colégio passou a adotar, a partir do processo seletivo de 2017, cotas sociais para alunos oriundos de escola pública. Desde então, 50% das vagas são destinadas para alunos oriundos de escolas públicas e os outros 50% para ampla concorrência. O sistema de seleção foi aprovado pelo Conselho Coordenador de Ensino Pesquisa e Extensão da UFPE (CCEPE), contudo ainda permaneceram os mesmos critérios avaliativos, língua portuguesa, matemática e produção textual. Contudo, em 2021, devido à pandemia de Covid-19, a forma de ingresso foi realizada através de sorteio. Tendência esta que foi adotada também no ano seguinte e tende a continuar definitivamente na instituição.

Os critérios usados para definir quem é ou não cotista encontram-se presentes nos editais de seleção desde 2017. São eles: ter cursado integralmente o ensino fundamental I em escola pública, entendendo escola pública como uma instituição de ensino mantida ou administrada pelo poder público, e não ter cursado sob nenhuma hipótese uma série sequer do ensino fundamental I em escola particular. No ato da reserva de vaga, os pais são orientados a preencherem um questionário socioeconômico a fim de traçar o perfil dos estudantes como o da situação familiar. Outro fator digno de nota é que, embora tenha sido uma grande conquista, o sistema de cotas no CAP não abarcou questões como raça e renda.

Diante de todas as informações expostas, é possível levantar questões que irão nortear a pesquisa: existem incentivos institucionais para a permanência desses alunos? Quais foram

as políticas surgidas, desde 2017, direcionadas aos alunos cotistas? Estas políticas têm se mostrado eficazes e/ou eficientes para a manutenção dos cotistas na instituição? Quais os impactos iniciais no perfil socioeconômico do alunado do CAp? Quais os impactos pedagógicos dessas mudanças? Os professores tiveram alguma dificuldade em relação a atuação com estudantes vindos do ensino público? Houve mudança nos níveis de reprovação e evasão escolar no período? Como os estudantes cotistas foram recebidos pelos não cotistas da instituição?

Como principal objetivo da pesquisa está a necessidade de analisar os impactos da política de cotas implementada a partir de 2017 no Colégio de Aplicação da UFPE. Para tanto, irei ater-me aos seguintes objetivos específicos: comparar o perfil dos estudantes da instituição nos anos de 2017 a 2022, realizando assim um esquadramento do início das cotas no colégio, passando pelo surgimento de auxílios e situação atual; identificar a cobertura dos programas de assistência introduzidos na instituição neste período, quais os tipos de bolsa oferecidas e quais os critérios adotados neste apuramento; compreender os diferentes impactos pedagógicos da política de cotas, desde a atuação dos professores ao lidar com alunos de diferentes origens sociais à mudanças ou não nos níveis de reprovação e evasão, por exemplo; entender também como se deu a recepção dos alunos cotistas no ambiente escolar, descobrir se desenrolou algum tipo de barulho na relação entre cotistas e não cotistas.

Metodologia de pesquisa

Buscando atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foram adotadas técnicas quantitativas e qualitativas de coleta e análise de dados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Os procedimentos adotados foram: 1) análise de documentos e portarias internas do Colégio de Aplicação; 2) análise de dados secundários, colhidos a partir do perfil socioeconômico dos alunos que ingressaram no CAp no período estabelecido na pesquisa; 3) entrevista semiestruturada com a assistente social do CAp-UFPE.

Para realizar a revisão bibliográfica foram selecionados livros, trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) e artigos sobre a temática da pesquisa. Procurou-se nesta primeira parte contextualizar o tema de pesquisa e construir referencial de análise.

Na análise documental o intuito foi buscar subsídios para auxiliar na compreensão do dinamismo que moveu as mudanças do público que hoje frequenta a escola, tendo sido feito um estudo dos documentos internos do CAp, como seu Projeto Pedagógico, em que se encontra a história do colégio, seus preceitos éticos, as motivações para implementação de ações

afirmativas e por fim, o perfil dos discentes nos anos que antecedem a aprovação das cotas; também o Regimento Interno, que expõe a estrutura organizacional do CAP e assim onde se encaixa a política de assistência; por último, o edital de assistência estudantil em que indica seu público alvo, suas diretrizes e as suas etapas de seleção. Todos os documentos mencionados podem ser encontrados no site da própria instituição, o que facilitou o processo de coleta das informações¹.

Na análise de dados secundários foram utilizados os dados quantitativos extraídos do perfil socioeconômico dos alunos que ingressaram no CAP no período em que a pesquisa se debruça. Desta maneira, foram utilizadas variáveis como raça, tipo de escola de origem, renda familiar, evasão, etc. para realizar uma caracterização socioeconômica da população estudantil. A partir das inferências estatísticas, poderemos perceber se houve ou não mudanças no público frequentador do colégio de aplicação. A análise abrange o período de 2017 a 2022, por ser o intervalo temporal que aborda os principais movimentos de mudança na instituição de ensino, com a entrada da primeira turma por cotas sociais, e após a demanda e implementação do programa de assistência estudantil ainda incipiente.

A entrevista semiestruturada foi uma das principais ferramentas de pesquisa utilizada neste trabalho, na busca de compreender os diversos impactos pedagógicos gerados no CAP - UFPE com a entrada de alunos de origens sociais que antes não frequentavam este ambiente educacional. Além também de identificar quais são os esforços da instituição em manter o aluno cotista dentro dela, algumas questões serão investigadas: quais são os tipos de bolsas disponibilizadas? Quais são os critérios utilizados para se ter acesso aos benefícios? Até onde vai a cobertura dos auxílios? Para tanto, foi entrevistada a assistente social da instituição. A entrevista foi gravada em áudio e transcrita para análise de seu conteúdo; buscou-se analisar os valores significativos e sentidos presentes em seu discurso. Ao tratar de discursos, devemos ter a noção de que não podemos alcançar às práticas sociais em si, devido bastante ao que se costuma chamar de efeitos de “efeitos de legitimidade”: o entrevistado decide quais práticas percebe como mais ou menos legítimas, podem suprimir ou superestimar de acordo com sua perspectiva (LAHIRE, 1997).

Estrutura dos capítulos

A monografia está estruturada em cinco capítulos, nos quais se incluem essa introdução e o capítulo de conclusões. No segundo capítulo é apresentado um breve histórico

¹ Disponível em: <https://www.ufpe.br/cap>.

do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, seu surgimento, discutindo a transição do antigo processo seletivo para a adesão a uma política de cotas, a adoção do sorteio como processo de ingresso, estudo feito a partir do site da instituição e de documentos e portarias internas, como seu Plano Político Pedagógico. A seguir, busco apresentar uma breve contextualização do início da política de cotas no Brasil, ainda num contexto universitário, um verdadeiro espaço de disputa cercado de muita desconfiança e pareceres tanto positivos quanto negativos.

No terceiro capítulo o foco de análise é a política de assistência/permanência estudantil e seus impactos no CAp – UFPE, buscando entender quais esforços estão sendo realizados pela instituição para manter os estudantes cotistas na escola, como se encaixa a política de assistência no Colégio de Aplicação, quais pontos são abordados no edital de assistência estudantil, qual público busca alcançar, suas diretrizes, etapas de seleção e, enfim, a extensão de sua cobertura no atendimento aos estudantes cotistas.

No quarto capítulo é apresentada uma análise dos perfis socioeconômicos dos estudantes, as mudanças observadas nestes perfis ao longo dos anos analisados, assim como, os impactos a curto prazo e objetivos alcançados pela política afirmativa. Com o auxílio do resultado da análise das entrevistas foi possível observar também os variados impactos pedagógicos da política de cotas, em específico no que diz respeito à atuação dos professores, ao nível de aprovação, evasão e rendimento escolar. Por último, concentrei a análise ao processo de recepção dos alunos cotistas na escola, à relação deles com os estudantes não cotistas, as ações tomadas pela própria direção da escola para mediar a relação dos alunos de diferentes origens sociais.

No último capítulo, de conclusões, é apresentada uma síntese dos principais achados da pesquisa e das implicações práticas desses resultados na busca de construção de uma educação mais inclusiva.

2. COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFPE: PROCESSO DE FORMAÇÃO E MUDANÇAS NO ACESSO AO LONGO DOS ANOS

Pensando sobre as singularidades presentes na história e forma de organização dos Colégios de Aplicação, de maneira geral, e do Colégio de Aplicação da UFPE de maneira específica, é necessário fazer um breve resgate histórico, apresentando seus principais aspectos, além de mudanças na sua cronologia que culminaram na implementação de uma política de cotas. Surgidos na década de 1940, os colégios de aplicação nascem perfilados aos ideais do movimento Escola Nova, originado do pragmatismo do filósofo e pedagogo John Dewey (1859 - 1952). O movimento do final do século XIX, buscava uma maior ênfase nos “processos” de conhecimento do que no “produto”, isto é, a atenção deveria estar nas experiências do indivíduo enquanto elemento valorativo em sala de aula, tendo como foco o aluno, sua atividade e capacidade de interação no processo de aprendizagem (ARANHA, 2006).

Para o movimento Escola Nova, vida, experiência e aprendizagem não se separam: a escola deveria se conectar com a vida e as experiências pessoais dos alunos, levados a entender e trabalhar conteúdos de uma forma crítica, em um ambiente cada vez mais aberto e onde a individualidade e a voz de cada um pudessem ser ouvidas de uma forma diferente (ARANHA, 2006). Haveria assim, uma quebra com os processos tradicionais de ensino em que o professor, grande detentor de saber e autoridade, se apresentava como modelo a ser seguido e repassava os conhecimentos para os alunos, que os recebiam apenas de forma passiva em aulas expositivas, leituras repetidas e cópias. Nesse contexto, os estudantes eram considerados um bloco homogêneo e submetidos a horários e currículos altamente rígidos. Com a Escola Nova, o estudante passa a ser pensado como o centro do processo, como sujeito ativo, e o professor ocupa apenas o lugar de facilitador da aprendizagem.

No Brasil, o movimento deu seus primeiros passos ainda na década de 1920, tendo suas ideias expressas de maneira mais clara apenas em 1932 através do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, tendo como principais signatários Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e, notadamente, Anísio Teixeira. O manifesto representou a tomada de consciência da defasagem entre a educação e as exigências de desenvolvimento da época (ARANHA, 2006)

O filósofo e educador Anísio Teixeira foi o principal responsável pela difusão das ideias pragmatistas de John Dewey no país. Em seus escritos e ações, buscava superar o que

chamava de uma tradição dualista escolar no Brasil. Segundo Teixeira, o sistema educacional dava à elite uma educação acadêmica e aos filhos da classe trabalhadora um ensino precário e voltado para a profissionalização, distorção esta que a garante e perpetua a reprodução das desigualdades sociais. O contexto político e econômico da época, a saber, a entrada do país no processo de industrialização e modernização do Estado, que postulava uma maior capacitação e força de trabalho, criação de Universidades pelo Brasil.

Todos esses movimentos trouxeram mudanças no cenário educacional brasileiro, culminando no Decreto Nº 19.850 de 11 de abril de 1931 que avaliza a criação dos então chamados Ginásios de Aplicação nas universidades públicas de todo o país. Assim, em 1940, as Faculdades de Filosofia (FAFIs), requerendo um espaço voltado para prática de experimentação docente por parte dos graduandos, deu abertura para a validação de mais um Decreto, desta vez o de Nº 9.053 de 1946, que assevera a obrigatoriedade das FAFIs em manterem os Ginásios de Aplicação destinados à prática docente de todos os alunos matriculados nos cursos de didática (BRASIL, 1946).

O decreto se mostrou de grande importância para ampliação dos CAPs, tendo sua maior adesão nas instituições de ensino superior a partir da década de 1950. No decorrer dos anos, os CAPs ultrapassaram seus objetivos iniciais de servirem como laboratório de prática e estágio para licenciandos; tornaram-se também instituições de experimentação pedagógica para inovação e melhoria do ensino fundamental e médio a serem disseminadas pelos estagiários e professores, buscando a qualidade do ensino (SILVA, 2016, p. 55). No quadro 1, podemos visualizar o quantitativo e ano de criação dos Caps em distintas unidades da federação.

Na década de 1950 é perceptível um aumento do número de colégios de aplicação nas universidades do país, todavia, como abordado por Bispo (2018, p. 51), com a promulgação do parecer 262/62 que, dentre outros pontos, desobriga a existência de escolas de aplicação nas instituições federais de ensino. Por se alegar um investimento oneroso e de difícil manutenção, veio uma fragilidade representativa que implica, desde então, prejuízos na organicidade e atuação dos CAPs. Ao se levar em consideração o Brasil em 2018, num universo de sessenta e três Universidades Federais, somente dezessete delas possuíam Colégios de Aplicação (BISPO, 2018), esses foram elementos que acabaram por desmobilizar as escolas no que se refere à maior organização dos CAPs para requerer direitos, aumento de financiamento ou melhorias estruturais, por exemplo.

Quadro 1 - Relação dos Ginásios de Aplicação e seus respectivos anos de fundação

Denominação dos Ginásios de Aplicação	Ano de fundação
Ginásio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro	1948
Ginásio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia	1949
Ginásio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1954
Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais	1954
Ginásio de Aplicação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco	1958
Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe	1959
Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina	1961
Ginásio de Aplicação da Universidade Federal do Pará	1963
Ginásio de Aplicação João XXIII da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora	1965
Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Goiás	1966

Fonte: Bispo, 2018, p 51.

Outro agravante que é possível pontuar, é a ausência de órgãos de representação estudantil, do corpo técnico e docente como ocorre, por exemplo, no ensino superior na figura do Fórum de Pró-reitores para Assuntos Estudantis (FONAPRACE) e União Nacional do Estudantes (UNE), protagonizando debates e reivindicações sobretudo acerca de cotas e assistência estudantil. Devido essa ausência, as ações acabam se concentrando no Conselho Nacional das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAp), principal interlocutor das necessidades e anseios dos colégios nas instâncias ligadas ao MEC.

Imerso neste debate, temos o CAP-UFPE, fundado em março de 1958 para funcionar junto à Faculdade de Filosofia como um laboratório experimental, atendendo aos acadêmicos dos mais diversos cursos de licenciaturas do campus Recife, sendo administrado pela Reitoria, enquadrando-se em suas prerrogativas no que diz respeito à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Ao analisarmos seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2016, é possível notar que o colégio tem como missão compreender as questões que rodeiam a instituição, no intuito de refletir e desenvolver formação para uma vivência em sociedade. Para tanto, compete à escola a interpretação dos sinais do futuro, compatibilizando-os com as demandas relativas ao ensinar e aprender e ao desenvolvimento das pessoas em suas diversas dimensões. Vejamos a

seguir os objetivos postos no Projeto Político Pedagógico CAP-UFPE (2016):

a) Promover a formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e Médio; b) Servir de campo de experimentação na área do Ensino Fundamental e Médio; c) Servir de campo de estágio para as diversas licenciaturas da UFPE e de outras instituições; d) Ser um espaço privilegiado para formação continuada de professor da educação básica, realizada pela universidade, articulada com a participação institucional nos programas de apoio à formação de docentes; e) Promover a formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e Médio; f) Servir de campo de experimentação na área do Ensino Fundamental e Médio; g) Servir de campo de estágio para as diversas licenciaturas da UFPE e de outras instituições; h) Ser um espaço privilegiado para formação continuada de professor da educação básica, realizada pela universidade, articulada com a participação institucional nos programas de apoio à formação de docentes.
(CAP, 2016)

A partir dos objetivos expostos acima, é possível notar que o CAP-UFPE não se difere dos ideais pensados no surgimento dos demais Colégios de Aplicação, tendo enquanto principal axioma ser um espaço de promoção de experimentação pedagógica do ensino fundamental e médio, configurando-se assim como um campo vasto para que alunos da licenciatura possam pôr em prática o exercício da docência. A influência da Escola Nova também está presente ao expor no seu projeto pedagógico (2016, p. 14), que a escola não é somente um local de apropriação de valores, crenças e conhecimentos sócio-históricos, mas também como lócus da apreensão do presente e de preparação para o futuro.

Em 2013, os colégios de aplicação passaram a ser legitimados enquanto unidades de ensino básico que serão mantidas e administradas pelas universidades federais, mediante a portaria Nº 959 de 27 de setembro. Neste documento, em seu artigo 4º, apresenta as diretrizes imbuídas aos colégios:

I - oferecimento de igualdade de condições para o acesso e a permanência de alunos na faixa etária do atendimento; II - realização de atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobrança de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro; III - integração das atividades letivas como espaços de prática de docência e estágio curricular dos cursos de licenciatura da Universidade; IV - ser o espaço preferencial para a prática da formação de professor realizada na Universidade, articulada com a participação institucional no Programa de Incentivo à Docência - PIBID e nos demais programas de apoio à formação de docentes (BRASIL, 2013, p.9).

Assim, temos quatro principais eixos que norteiam as ações do CAP UFPE. Cabe aqui um maior destaque ao inciso primeiro, que se refere à igualdade de condições para o

acesso e permanência dos alunos, pois tal premissa irá contribuir para a legitimidade das ações de assistência estudantil no colégio, assim também como seu próprio regimento, documento de suma importância para direcionar tais ações. No que se refere ao regimento, no seu artigo 2º nos apresenta os principais órgãos e documentações sobre qual é regido o colégio de aplicação:

Art. 2º O Colégio de Aplicação é regido: I. pela legislação federal pertinente; II. pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Pernambuco; III. por resoluções e decisões dos órgãos de deliberação superior da Universidade, definidos no art. 9º, inciso I, do Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco; IV. por este Regimento; V. por decisões dos órgãos colegiados do Colégio (BRASIL, 2013, p.2)

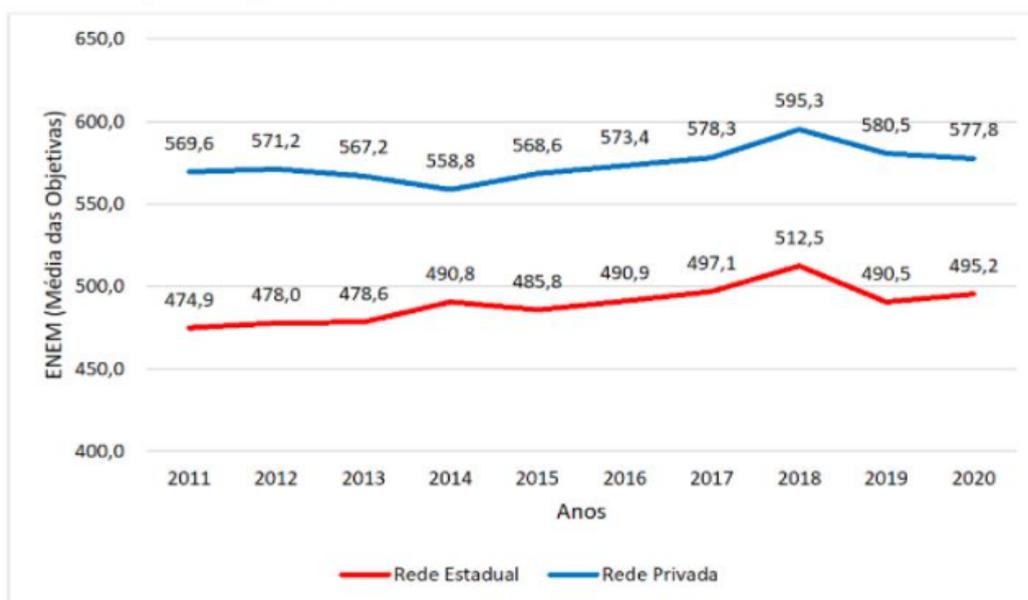
Tanto o CAP-UFPE quanto os demais colégios de aplicação espalhados pelo país ultrapassam a perspectiva de ser apenas um centro de experimentação para se firmar enquanto uma escola de excelência escolar, principalmente se comparadas a outras escolas de ensino público de administração estadual e municipal. Tal afirmativa pode ser exemplificada ao observarmos os dados retirados do site da UFPE (2020)², afirmando que o CAP no ENEM de 2019 alcançou uma média 684,55 na prova objetiva, ocupando a 14ª posição nacional, realidade que não se aplica às outras escolas públicas. Vejamos na figura 1 a comparação do desempenho médio dos estudantes no ENEM nas redes pública estadual e privada de ensino.

A partir dos dados apresentados neste gráfico, é notória a diferença nas médias, já que na rede pública de ensino, até o ano de 2020, não se alcançou uma média próxima às instituições privadas de ensino, muitos menos à realidade posta ao CAP-UFPE, que alcança índices que superam inclusive o ensino privado. Muito embora se apresente como uma escola de ensino público federal, o CAP tinha em seu público majoritariamente alunos vindos de instituições privadas, chegando em 2014 a ter 100% dos seus alunos vindos de ensino particular e com um perfil de famílias de classe média e alta (PPP, 2016, p. 123), o que só demonstra como o CAP se apresentava como uma verdadeira ilha de excelência, isolada da realidade do ensino público brasileiro. Tais elementos demonstram a realidade excludente de ensino que se apresentava no Colégio de Aplicação, refletindo seu processo segregador de acesso ao ensino das classes menos favorecidas.

² Disponível em:

https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/colégio-de-aplicação-da-ufpe-e-a-segunda-melhor-escola-da-rede-pública-no-brasil-no-enem-2019/40615

Figura 1 - Desempenho médio dos alunos da rede estadual e da rede privada no ENEM (média das provas objetivas) - 2011 a 2020



Fonte: INEP. Elaboração: IDados

Para concorrer à uma vaga na instituição, os alunos tinham que se submeter a um processo seletivo com provas objetivas de português, matemática e a elaboração de uma redação. Ultrapassando todas essas barreiras da meritocracia, os estudantes passam a fazer parte do corpo discente do CAP, cursando do 6º ano do ensino fundamental II até o Ensino Médio. Até o ano de 2019, o CAP-UFPE era um dos poucos colégios de aplicação que insistia em fazer uso de provas enquanto processo seletivo; a maior parte dos CAPs já usava o sorteio público, seguindo as diretrizes ditadas pelo CONDICAP. Em 2018, como pode ser visto no quadro 2, a maioria dos CAPs já tinha aderido ao sistema de sorteio para seleção de novos alunos.

O sorteio público só veio a ser implementado no CAP-UFPE em 2020, por necessidade de isolamento social devido à chegada da Pandemia da Covid-19, e desde então essa forma de ingresso vem se mantendo. A persistência em manter a admissão por provas no CAP-UFPE, sem a adoção de políticas afirmativas, afastava o público das camadas mais pobres da instituição, o próprio desconhecimento da existência da escola nas comunidades que rodeiam o campus Recife também contribuiu nesse processo. As famílias dessas comunidades não enxergam a instituição como uma escola pública que seus filhos possam fazer parte. O alto investimento que os pais realizavam no processo de preparar seus filhos para aprovação na seleção, através dos chamados "pré-vestibulinhos", era outro fator que

distanciava as famílias mais desvalidas da escola. De acordo com o Próprio Projeto Político Pedagógico, 73% dos alunos que ingressaram no CAp-UFPE antes das cotas, faziam uso dos cursinhos preparatórios.

Quadro 2 - Formas de ingresso adotadas nos Colégios de Aplicação das IFES

	Unidades de Ensino	Sorteio	Seleção/Cotas/Bônus
1	CAp / UFRJ	x	
2	CAp / UFMG	x	
3	CAp / UFRGS	x	
4	CAp / UFPE		x
5	CAp/UFS	x	
6	CAp / UFSC	x	
7	CAp / UFPA	x	
8	CAp / UFJF	x	
9	CAp / UFV		x
10	CAp / UFG	x	
11	CAp / UFMA		x
12	CAp / UFU	x	
13	CAp - UFAC	x	
14	CAp / UFRR	x	
15	CAp /UFF	x	

Fonte: Bispo (2018, p. 59)

Contraditoriamente aos princípios norteadores presentes no PPP do CAp-UFPE, o sistema seletivo tão acirrado e excludente não só legítima, mas também reproduz e fortalece as desigualdades da realidade social brasileira, espelhando hierarquias escolares tão injustas e baseadas na meritocracia quanto as hierarquias sociais. Para Botler e Silva (2019):

A filtragem realizada pela escola por meio do sistema seletivo indica a incorporação de uma cultura reprodutivista que visa à sua manutenção entre os melhores, contribuindo para a classificação em escala concorrencial entre escolas e para a perpetuação das desigualdades sociais. A lógica mercadológica presente neste processo seletivo garante confortável privilégio que sustenta as injustiças do mercado educacional, orientado sob a lógica neoliberal, divergindo dos pressupostos legais de igualdade de oportunidades. Entendemos que esses aspectos não condizem com os princípios democráticos numa perspectiva emancipatória e social que busque a construção de uma escola justa (BOTLER; SILVA, 2019, p. 2-3).

Apesar dos esforços em busca da democratização na sociedade brasileira, a hierarquia e discriminação social são marcas ainda profundas na contemporaneidade, resultando em desigualdades que se multiplicam no âmbito escolar, com dualidades intransponíveis (democratização/seleção, público/privado, universalização/respeito às diferenças, etc.), bem como, a segregação escolar no interior dos sistemas de ensino. No CAp da UFPE o cenário só começa a modificar-se a partir da resolução 24/2017, do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE), que estabelece os processos de ingresso do CAp da UFPE. Em seu capítulo V afirma que:

§ 1o Em quaisquer casos de admissão por meio de prova, **serão destinadas anualmente 50% das vagas a alunos oriundos de Escolas Públicas.**

§ 2o Sobre a definição de alunos de Escola Pública:

- a) tenham **cursado integralmente o Ensino Fundamental I em escolas públicas**, em regime regular;
- b) Não poderão concorrer às vagas previstas no caput os candidatos que tenham, em algum momento, cursado em escolas particulares parte do Ensino Fundamental I;
- c) Considera-se escola pública a instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público, nos termos do Inciso I, do Artigo 19, da Lei N º9.394/96 (CCEPE, 2012, p. 4).

Muito embora tenha sido um grande avanço para o processo de democratização no acesso ao ensino do Cap, a implementação das cotas ocorre de maneira bastante tardia se comparada ao que já vem sendo vivenciado na universidade desde 2012 com a promulgação da Lei das Cotas. Percebe-se que os projetos de disputa que circunscrevem a educação brasileira apresentam-se de maneira acentuada no colégio de aplicação. A resistência em aderir ao sistema de cotas no colégio só expressa a quem este colégio historicamente se destinava, ou mesmo a quem foram direcionados os centros de excelência educacional no nosso país, sejam eles públicos ou privados.

Ao exaltar uma escola democrática, que busca o ensino universal, crítico, que possa preparar cidadãos para o convívio com a pluralidade e não alheia à comunidade em que está envolvida, contraditoriamente é a mesma escola que se fechou por muitos anos em si mesma, em que a ausência de um público diversificado não era um fator de incômodo.

2.1 Ações afirmativas: objetivos e impactos no Brasil

Inicialmente, as chamadas ações afirmativas, surgidas nos Estados Unidos, se definiam como um mero “encorajamento” por parte do Estado para que as pessoas com poder

decisório nas áreas pública e privada levassem em consideração os atores socialmente excluídos. Num segundo momento, deu-se início a um processo de realização efetiva da igualdade de oportunidades através da imposição de cotas rígidas de acesso de representantes de minorias a determinados setores, visto que, a igualdade de direitos não era, por si só, suficiente para tornar acessíveis a quem era socialmente desfavorecido as oportunidades de que gozavam os indivíduos socialmente privilegiados (GOMES, 2012). Neste período também se inicia uma maior vinculação entre ação afirmativa e o atingimento de determinadas metas estatísticas ligadas à presença de negros num determinado setor do mercado de trabalho ou numa determinada instituição de ensino.

A consagração normativa dessas políticas sociais representa, pois, um momento de ruptura na evolução do Estado moderno, o faz abandonar a tradicional posição de neutralidade e de mero espectador dos embates que se travam em sociedade e passa a atuar ativamente na busca da concretização das igualdades. Mais do que isso, a intervenção do Estado passa a ser colocada como indispensável diante dos quadros de desigualdade, tanto social quanto racial, que precisam ser enfrentados. A igualdade deixa, portanto, de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e torna-se um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade como um todo. Muitas vezes apresentam também um cunho “pedagógico”, no sentido de trazer transformações sociais e culturais profundas, com o intuito de inculcar nos indivíduos a utilidade e a necessidade do pluralismo e diversidade nas diversas esferas do convívio humano.

As cotas universitárias já fazem parte da nossa realidade social, mas os avanços precisam ser mantidos e aperfeiçoados como bem coletivo. No Brasil, problemas como a desigualdade socioeconômica e racial possuem raízes estruturais que apontam para a conturbada formação social do país. As sequelas trazidas pelo sistema colonial escravocrata, mesmo após quatro séculos, mantêm-se hodiernamente de forma cruel na vida de grupos socialmente marginalizados, historicamente excluídos do processo de educação formal. Desde meados da década de 1990, a discussão acerca do acesso desses grupos, notadamente da população negra, às universidades públicas mostrou-se cada vez mais presente no meio acadêmico e principalmente dentro de movimentos sociais.

Na década de 2000, é possível observar um movimento lento e gradual por parte do governo federal para diminuição da desigualdade racial, que culminou na criação da Lei de Cotas Raciais. A gênese foi a Política Nacional de Promoção da igualdade racial (PNPIR): o decreto nº 4886 de 20 de novembro de 2000 instituiu a “Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial” (PNPIR) que previa a criação da Rede Nacional de Promoção da Igualdade

Racial, mas acabou se tornando o FIPIR – Ferramenta descentralizadora do SINAPIR. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi criada (em 21 de março de 2003) como órgão responsável pela coordenação das ações e articulação institucional da política, cabendo aos demais órgãos da gestão federal prestar apoio à implementação da referida política.

As diversas mudanças de caráter institucional no governo federal e demais instâncias, culminaram na Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 – Lei de Cotas – que dispõe sobre o ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Posteriormente, em 9 de junho de 2014, a Lei nº 12.990 estabelece uma reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para pessoas que se autodeclararem pretas ou pardas.

A Lei de Cotas prevê que 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas para pessoas que estudaram o ensino médio integralmente em escolas públicas. Desse total, metade deve ser destinada à população com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo per capita. A distribuição das vagas de cota racial e de deficiência é feita de acordo com a proporção de indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência existentes na unidade da Federação onde está situada a instituição de ensino; o cálculo deve ser feito a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O acompanhamento e avaliação do programa ficou a cargo de um comitê composto por representantes do Ministério da Educação, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), com a participação de representantes de outros órgãos e entidades e da sociedade civil.

De acordo com a pesquisa "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", do IBGE, o número de matrículas de estudantes pretos e pardos nas universidades e faculdades públicas no Brasil ultrapassou pela primeira vez o de brancos em 2018, totalizando 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública. Apesar de que a maioria desse grupo permanecia sub-representado, já que correspondia a 55,8% da população brasileira. Segundo a Agência de notícias do Senado, o Censo da Educação Superior 2019, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontava que brancos ainda eram maioria somando universidades públicas e privadas: 42,6%. Pardos somavam 31,1%; pretos, 7,1%; amarelos, 1,7%; e indígenas, 0,7%. A raça/cor de 16% era desconhecida.

A pesquisa “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras”, da Associação Nacional dos Dirigentes

das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), comprovou a percepção. O levantamento mostrou que, após a lei entrar em vigor nas universidades e institutos federais, o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes realmente se modificou. Essa mudança no perfil social e racial dos estudantes de universidades públicas ocorreu em paralelo ao programa de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI 2007), que tinha como um de seus objetivos criar condições para a ampliação e a permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior federais, a interiorização e aumento de vagas; o que gerou novas demandas como, por exemplo, a assistência estudantil.

Mesmo sendo uma conquista importante e um passo enorme no processo de democratização do ensino na instituição, como já foi dito, as ações afirmativas no processo de ingresso do CAP-UFPE deram-se de maneira bastante morosa se comparadas à realidade da UFPE. As desigualdades sociais presentes historicamente na escola desde o seu processo de ingresso, questionam o que é pregado no Projeto Político Pedagógico: a escola com princípios democráticos, que busca a universalidade do ensino, contraditoriamente é a mesma escola que se fechou por muitas décadas, com um público bastante heterogêneo e delimitado. Outro ponto importante a ser considerado é que a cota não abarcou questões importantes do nosso tecido social como raça e renda. Isso pode se dar por conta da aceitação mais fácil em relação a critérios sociais do que raciais para a promoção da igualdade no país (DAFLON, 2013).

A entrada de alunos oriundos das classes menos abastadas, trouxe ao colégio novas demandas não experienciadas antes. Ao longo da história por acesso à educação, a classe trabalhadora esbarra com outras dificuldades que vão além do cunho pedagógico. Para se manter no espaço escolar, muitas vezes, os alunos esbarram em inúmeras dificuldades, seja no acesso à escola por conta da distância, seja por dificuldades ligadas à alimentação, dentre outras expressões da questão social que irão influenciar no seu processo de ensino e aprendizagem. Pois, se antes para o CAP-UFPE as condições de permanência dos alunos nunca foi algo a ser questionado, agora os conflitos, as desigualdades sociais e educacionais, e todos os debates gerados a partir dessas questões, passam a ser vivenciadas dentro da instituição.

3. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: UM PERCURSO HISTÓRICO

As mudanças ocorridas nos últimos anos no Colégio de Aplicação da UFPE, como dito anteriormente, trouxeram novas diligências à dinâmica escolar. As condições de permanência dos estudantes cotistas passam a demandar atenção dos gestores da escola, o que leva a esforços em prol de promover a permanência desses estudantes na instituição. Contudo, as ações de assistência estudantil escolar que ocorrem no CAp-UFPE desde a implementação da política de cotas, se juntam a outros elementos importantíssimos para permanência dos estudantes, pontos de relevância quando se trata do debate de acesso e permanência dos alunos de camadas mais pauperizadas em se manterem no espaço escolar.

Ao longo do percurso histórico educacional brasileiro, os enfrentamentos do Estado ligados à permanência, e conseqüente conclusão de curso, dos alunos estiveram sempre ligados a ações que se convencionou chamar de assistência ao estudante, que vão desde o acesso à alimentação, transporte, fardamento, em alguns casos aliados também aos programas de transferência de renda. A consolidação das ações de assistência estudantil na UFPE viabilizou a futura promoção da assistência estudantil no CAp-UFPE. Ainda que seja possível identificar especificidades de acordo com o público atendido, o âmago dos programas de assistência se mantém: promover a garantia e permanência de alunos em vulnerabilidade social no ambiente educacional para que, dessa forma, possam concluir seu ciclo dentro da instituição de ensino.

Os movimentos estudantis têm historicamente se mobilizado na luta por programas de assistência estudantil que buscam contribuir para a permanência dos estudantes nas universidades públicas. Assim, procurando entender seus traços históricos e principalmente como se desenrolaram tais processos na UFPE, irei retomar o percurso da Assistência Estudantil no país. Segundo Kowalski (2012), o percurso da assistência estudantil pode ser entendido a partir de três fases cruciais. A chamada primeira fase engloba o período que vai da consolidação das universidades durante o governo Vargas até a criação do Fórum Nacional de Pró-reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). A segunda, por sua vez, foca na consolidação do FONAPRACE e na emergência das lutas e debates sobre Assistência Estudantil. Já a terceira, alcança o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) enquanto política pública do Estado em paralelo com a expansão das instituições federais de ensino superior (IFES).

Ao que se refere à primeira fase, as primeiras ações voltadas à assistência estudantil são vistas ainda no governo de Washington Luís, que vai de 1926 a 1930, com a criação da Casa do Estudante Brasileiro na França, que tinha como público os filhos da elite que deixavam o país para se dedicar aos estudos. Tal cenário se modifica com o governo de Getúlio Vargas (1934-1945) que promove uma consolidação das universidades, em resposta às demandas da modernização do país que requeria uma classe trabalhadora mais instruída. Temos como amostra principal, neste período, a criação da Casa dos Estudantes no Brasil no Rio de Janeiro, ainda no início dos anos 1930, que funcionava como local de apoio, promovendo alimentação e moradia, para estudantes “carentes”.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 1937, mesmo ano em que organizou o 1º Congresso Nacional dos Estudantes. Este evento representou uma tomada de consciência dos estudantes sobre a necessidade de sua organização e maior participação no cenário político, de forma estruturada e permanente (DUTRA, 2015). Nesse mesmo congresso foram sinalizadas as principais necessidades dos alunos nas universidades, temas estes discutidos e aprofundados apenas no ano seguinte com a realização do 2º Congresso Nacional dos Estudantes. As demandas tratavam notadamente de questões referentes a problemas de habitação, alimentação, assistência médica e transporte.

Um maior desenvolvimento da temática da assistência estudantil ocorreu apenas na década de 1960 com o movimento de reforma universitária, que buscava a construção de universidades mais democráticas, combatendo o elitismo universitário vigente. Porém, com o golpe militar de 1964 veio também uma grande desmobilização: a UNE teve sua sede no Rio de Janeiro incendiada, estudantes passaram a ser perseguidos, torturados e mortos. Eram um dos principais alvos do regime, que queria calar vozes que rogavam mudanças. O debate acerca da assistência estudantil foi então engavetado.

O período de redemocratização, e é aqui que Kowalski (2012) entende como o início da segunda fase, representa um terreno fértil para a retomada de debates envolvendo a assistência estudantil. Neste contexto, é criado o Fórum Nacional de Pró-reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que buscava, numa perspectiva de democratização do ensino, de uma universidade pública e gratuita, a sistematização de uma proposta de política de assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior (DUTRA, 2015). Em 1988, com a constituição, que em seu artigo 206 versava sobre a necessidade da promoção de igualdade de condições para acesso e permanência escolar, o governo passou a ter mais cuidado com a AE; apesar de ser vista ainda como um gasto inoportuno para algo já tão “custoso” quanto às universidades. Devido a isto, a assistência se

dava de forma bastante direcionada ou até mesmo a partir de esforços internos das universidades, promovendo ações de assistência estudantil para seus alunos de maneira independente.

Com o intuito de entender suas demandas e pensar uma política de assistência estudantil em esfera nacional, o FONAPRACE mapeou o perfil cultural e socioeconômico dos estudantes de graduação nos anos de 1997, 2004, 2011 e 2018. Alimentação, saúde, transporte e moradia aparecem como prioridades indicadas pelos próprios alunos pesquisados. Com essas referências, foi possível delimitar diálogos com o MEC; culminando, no dia 12 de dezembro de 2007, na implementação da portaria normativa Nº 39 que criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O programa oferece assistência à moradia estudantil, transporte, saúde, alimentação, inclusão digital, esporte, cultura, apoio pedagógico e creche. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve conduzir e avaliar o desenvolvimento do programa. A partir desse marco, inicia-se, de acordo com Kowalski, a terceira fase da história da assistência estudantil no Brasil.

Outro ponto que merece destaque é a chamada reforma universitária, ocorrida através da expansão das IFES a durante o governo Lula (2003-2011). O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais pode ser entendido como grande expoente desta ampliação. Como seus principais objetivos é possível listar: aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; diversificar as modalidades de cursos de graduação através da flexibilização dos currículos, implementação de educação à distância; reduzir a taxa de evasão e elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% através da ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (REUNI, 2007). Em 2010, o PNAES alcançou um status de maior legitimidade ao ser reconhecido através de decreto (Nº 7234). Além das áreas já citadas anteriormente, é incluído também a garantia de acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

A política educacional pode ser considerada uma ferramenta fundamental para a garantia de direitos, principalmente quando discutimos o acesso à educação. Dessa forma, assim como outras políticas comentadas na Constituição Federal de 1988, a educacional se responsabiliza por atender necessidades da sociedade voltadas para a educação e a resolução de demandas sociais. Embora o PNAES expresse anos de luta e de reivindicação por uma universidade pública mais democrática, o programa também revela os limites das políticas sociais no contexto neoliberal em que vivemos, ao agir de maneira não universal e focalizadora, ao ter seu público alvo alunos em vulnerabilidade socioeconômica com renda

per capita de até um salário mínimo e meio, nasce já com um viés de seletividade bastante claro.

3.1 Assistência Estudantil na UFPE e o contexto de cortes

A Universidade Federal de Pernambuco não está descolada dos processos descritos na seção anterior: por ser uma universidade pública seu programa de assistência estudantil passa a ser referendado pelo PNAES tendo a própria instituição se estruturado para responder às demandas dos estudantes. A mudança no perfil social e racial dos estudantes de universidades públicas, dinamizado pelas cotas e pela maior aceitação do Enem como processo de ingresso através do SiSU (Sistema de Seleção Unificada), ocorreu em paralelo ao programa de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI 2007), que tinha como um de seus objetivos criar condições para a ampliação e a permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior federais, a interiorização e aumento de vagas; o que gerou uma necessidade cada vez maior por assistência estudantil.

A resposta socioinstitucional para a ampliação das condições de acesso e permanência dos estudantes nas instituições federais de ensino superior, como dito antes, foi o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2007 por meio da portaria normativa Nº 39. Nasceu assim a primeira iniciativa na política de educação superior no Brasil em que a assistência aos estudantes passa a ser regida pelas próprias universidades e com financiamento específico. O PNAES (BRASIL; 2007) traz como ações a serem desenvolvidas pela assistência estudantil as seguintes áreas: moradia; alimentação; manutenção e trabalho; meio de transporte; saúde; acesso à biblioteca; acesso à cultura, ao esporte e ao lazer; conhecimento básico de informática; domínio de língua estrangeira; movimentos sociais. Cabe a cada instituição definir os critérios e metodologia de seleção de alunos de graduação a serem beneficiados.

Em 2011, a Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) vinculada à Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROAES), responsável por diversos programas e ações de inclusão social na Universidade desde a década de 1970, consolidou o Programa de Assistência Estudantil (PAE) na UFPE dentro dos moldes estabelecidos pelo PNAES. É lançado um novo edital a cada semestre em que os alunos inscritos passam por um escrutínio em que devem obedecer os seguintes critérios de vulnerabilidade social: renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos; não possuir outra graduação em curso superior (em faculdade pública ou privada); estar regularmente matriculado na graduação; ter condições de terminar o curso no tempo mínimo.

Ainda que buscando minimizar os indicadores de retenção e evasão dos alunos, a partir de critérios tão exigentes é possível observar um viés limitante, seletivo, restrito na garantia do direito. Tendência esta que vem desde a década de 1990, em que as condições inerentes ao capitalismo, sua dinâmica neoliberal e a influência dos organismos internacionais na condução de políticas públicas, notadamente as voltadas para a educação, resultaram em enxugamento de gastos sociais, aprofundamento da focalização e seletividade das políticas sociais. As bolsas financeiras disponibilizadas são divididas em níveis, a saber, nível 1, no valor de R\$ 400,00, e nível 2, no valor de R\$300,00, os alunos contemplados têm acesso a duas refeições diárias no Restaurante Universitário (RU). Segundo Silva (2021), a divisão das bolsas em níveis, ao determinar a criação de valores pré estabelecidos para se atender as demandas dos alunos, se distancia cada vez mais da estruturação de uma política universal de permanência, aprofundando as medidas de seletividade e focalização da política de assistência.

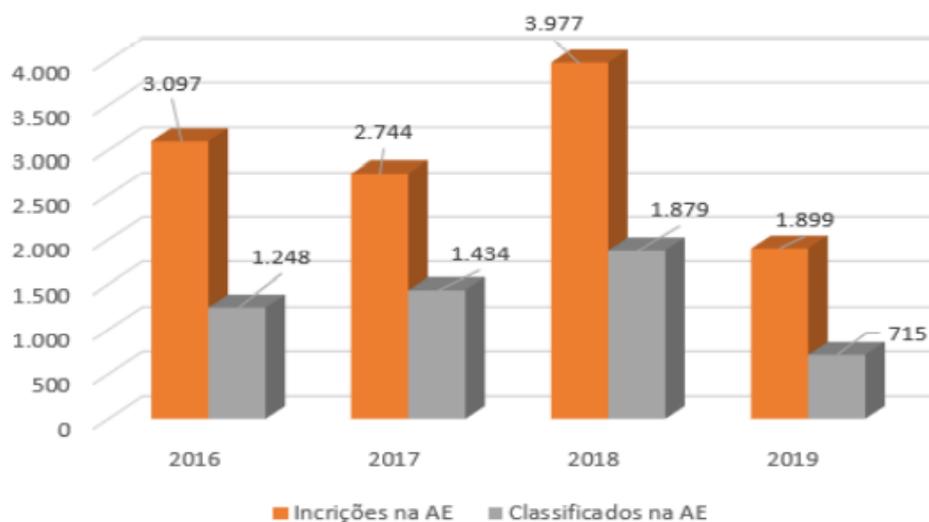
Todo esse contexto associado à política de expansão das universidades públicas, de um maior preenchimento das vagas por egressos de escola pública, pessoas negras e indígenas, por meio da Lei de Cotas, em sua maioria alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, faz com que a demanda por assistência estudantil venha aumentando a cada ano, como é possível verificar através do levantamento feito por Silva (2021).

Estes dados correspondem ao número de inscritos por ano, com exceção de 2019 que apresenta apenas o primeiro semestre do ano. Podemos observar através deles que cerca da metade dos estudantes que solicitam a assistência estudantil acabam ficando de fora do auxílio, o que impacta na permanência e conclusão do curso. O orçamento destinado à assistência, porém, não acompanhou a tendência da sua crescente procura: de 2011 até 2015 os recursos destinados ao orçamento das Universidades Federais tiveram um aumento significativo, mas vêm se tornando cada vez mais escassos desde 2016, como é possível ver no gráfico 2.

Em 2014 a então presidenta Dilma Rousseff (2011 - 2016), aprovou o ajuste fiscal com meta de chegar a 1,1% do superávit primário do PIB. Ainda no ano de 2015, o orçamento da educação sofreu um corte no valor de 10,6 bilhões, o que resultou em greves no Brasil inteiro dos professores e estudantes, da educação básica ao ensino superior. Nesse contexto, a elevada dívida pública em um cenário de crise econômica foi um importante fator que desencadeou a crise política desembocando no Golpe de 2016 que tirou Dilma do poder. O governo Temer (2016-2018) aprofundou ainda mais essas medidas neoliberais, aprovando a

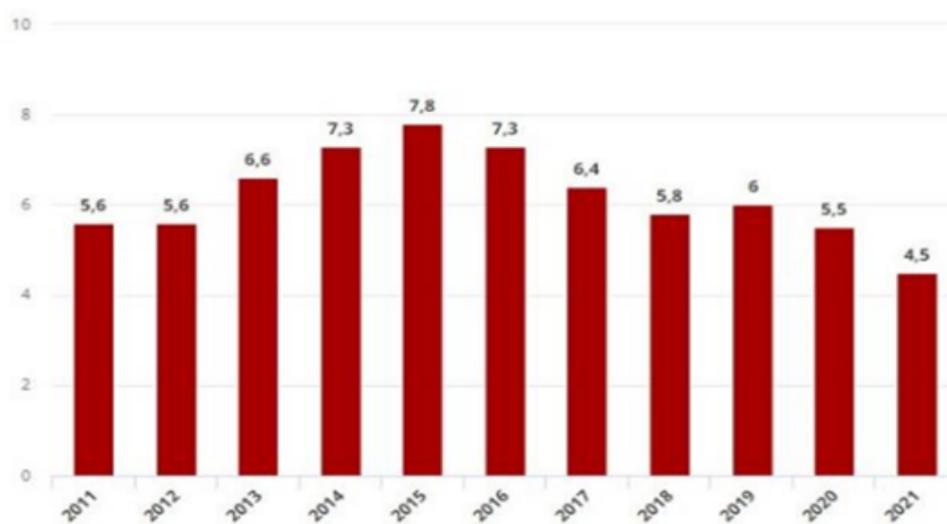
Emenda Constitucional nº 95, congelando por 20 anos os gastos com políticas sociais. Além desses cortes já realizados na educação, o governo Bolsonaro cortou ainda 30% das verbas em 2019.

Gráfico 1 - Número de inscrições na assistência estudantil e total de classificados durante 2016-2019



Fonte: Elaborado por Silva (2021) com base em dados disponibilizados pela UFPE.

Gráfico 2 - Orçamento das Universidades federais (em R\$ bilhões)

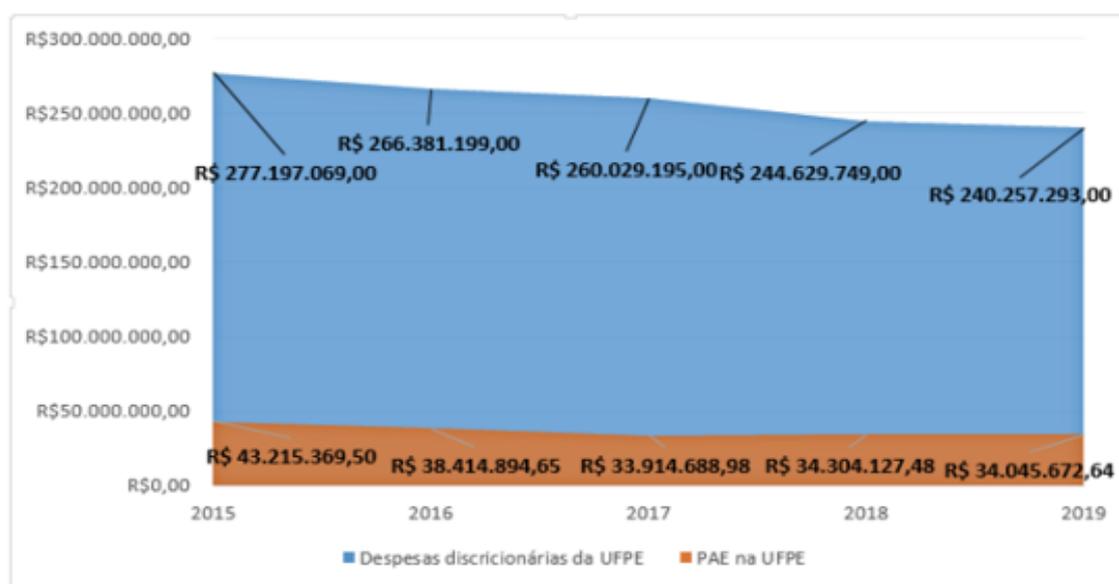


Fonte: G1 (OLIVEIRA, 2021)

Fonte: Silva (2021)

O Programa de Assistência Estudantil da UFPE sentiu os impactos financeiros do corte do MEC ainda em 2016 com a consequente diminuição do orçamento da assistência estudantil na instituição. Assim, observamos no gráfico abaixo que no ano de 2016, a assistência teve redução de 11% no orçamento em comparação com o ano de 2015.

Gráfico 3 - Despesas discricionárias da UFPE e os recursos destinados para assistência estudantil



Fonte: Elaborado por Silva (2021) com base em dados disponibilizados pela UFPE.

É a partir de programas como o PNAES e o PAE da UFPE, que se dá também o planejamento e implementação da assistência estudantil no Colégio de Aplicação da UFPE. Critérios e condicionalidades para seleção de usuários estão presentes no seu primeiro edital, de 2017, como: “possuir renda per capita familiar menor ou igual a 1 1/2 (um e meio) salário mínimo” (Edital Assistência Estudantil Cap, 2017.2). Outro critério que segue as diretrizes estabelecidas pelo PNAES é o de prioridade a estudantes oriundos da rede pública de ensino.

Podemos depreender que os aspectos socioeconômicos, ao serem reduzidos à renda per capita como fator eliminatório para concessão de bolsas, limita bastante a perspectiva do que se entende por política social e vulnerabilidade social. Me inclinarei, na próxima parte deste capítulo, a discutir mais a fundo aspectos da assistência estudantil dentro do Cap-UFPE, apontando tanto os progressos que essa política potencialmente representa na

vida escolar dos alunos, quanto às limitações encontradas para sua implementação e consolidação de forma íntegra.

3.2 Assistência Estudantil no CAp-UFPE: êxitos e limitações

A política educacional pode ser considerada uma ferramenta fundamental para a garantia de direitos, principalmente quando tratamos do acesso à educação. Dessa forma, assim como outras políticas discorridas na Constituição Federal de 1988, a educacional se responsabiliza por atender necessidades da sociedade voltadas para a educação e a elucidação de problemáticas, tais como o acesso universal à educação. Mesmo que haja escolas privadas, todos em idade escolar que estejam em território brasileiro possuem direito de ingressar em uma escola pública. Em virtude disso, o conceito de escolarização obrigatória foi ampliado e reformulou a importância do ensino e de todo processo de aprendizagem contínua e de qualidade, reforçando a relevância do desenvolvimento educacional do ensino infantil até o ensino médio.

A implementação das cotas sociais no CAp-UFPE possibilitou que crianças advindas de escolas públicas tivessem acesso a uma educação de referência a âmbito nacional, com uma estrutura que proporciona espaços importantes para um bom desenvolvimento pedagógico. Essa iniciativa assinala um primeiro passo da instituição, ainda que de maneira tardia, em romper aos poucos com um ideal conservador e inserir minorias em espaços que são seus por direito, mas que vinham sendo negados historicamente. Ainda que longe do ideal, as mudanças na estrutura do CAp apresentaram novas demandas e, a partir disso, novas sistematizações a fim de atender as necessidades do grupo que estava se inserindo. As expressões da questão social atravessaram a escola que até então não possuía mecanismos para atender problemáticas ligadas à desigualdade social.

Sendo assim, ainda em 2017, a gestão do colégio solicitou recursos à reitoria para implementação de uma política de assistência estudantil como meio interventivo para auxiliar nas demandas apresentadas pelos alunos, seja ingressante de reserva de vagas ou ampla concorrência, que se apresentavam em vulnerabilidade econômica. Faz-se necessário destacar que a Assistência Estudantil busca uma série de estratégias de combate às desigualdades, sejam elas sociais ou regionais, no contexto da educação. De acordo com Dutra (2015), deve ser considerado neste processo sua importância para ampliação da democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes do ensino federal. Ainda que esta descrição

seja direcionada ao ensino superior, é também apropriada ao pensarmos a tarefa da assistência estudantil num contexto de ensino básico.

Por não haver nenhum programa a nível nacional que viabilize a assistência estudantil para a educação básica, o CAP-UFPE utilizou-se das diretrizes do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para nortear os critérios de seleção. Sendo assim, a falta de aparatos fez com que o primeiro edital aplicado para divulgação do programa fosse o mesmo que a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (Proaes) da UFPE empregava à época para a assistência no ensino superior. Neste período, a organização do edital, seleção das bolsas e entrevistas com os familiares estava sob responsabilidade da coordenadora e psicóloga da escola.

É importante mencionar que, devido ao fato de que a educação básica a nível municipal e estadual possuem legislações e recursos próprios direcionados ao financiamento de suas ações de permanência (merenda escolar, passe livre, materiais didáticos, dentre outros) e os CAPs terem, historicamente, um público de classe média e alta, que as famílias podiam subsidiar as ausências do governo federal, ações de permanência nunca foram tão necessárias assim neste contexto. Em uma palavra, ao passo que o Estado se ausentou no CAP-UFPE, ações privadas dos pais conseguiam preencher esta carência.

Mesmo com a concessão das bolsas, as questões socioeconômicas ainda se perpetuavam. Fez-se, portanto, necessário a admissão de um profissional que possuísse em sua atuação a aproximação com as políticas públicas e sociais, com a finalidade de fortalecer o compromisso diante do agravamento da questão social, essencial para identificar as demandas apresentadas pelo público, obtendo, assim, um objeto para direcionar sua intervenção e articulação. Deu-se, deste modo, a institucionalização do Serviço Social no Colégio de Aplicação, com a emergência de atribuir respostas às expressões da questão social que perpassam o âmbito escolar.

Buscando suprir necessidades que vão além do viés pedagógico, dentro da unidade de apoio aos discentes é criado, ainda em 2017, o Núcleo de Apoio à Acessibilidade, Permanência e Inclusão (NAAPI), prestando serviços de acolhimento, inclusão e acompanhamento, que possibilitasse o enfrentamento de questões que envolvam preconceito, discriminações, desigualdades socioeconômicas e culturais. Com a aprovação do novo regimento interno da colégio em 2021 (CAP, 2021), esse núcleo passa a ser chamado de Serviço de Inclusão, Acessibilidade e Permanência (SIAP), contando com um corpo profissional reduzido: apenas uma psicóloga, um pedagogo e uma assistente social, que a partir das suas estratégias de atuação criam ações pedagógicas com o objetivo de atender as

intervir nas referidas carências. O Art. 48 do Regimento Interno da Instituição caracteriza a atuação do SIAP na promoção e na implementação de uma Política de Assistência Estudantil e da Atenção Educacional Especializada, em consonância com a legislação que normatiza o funcionamento do colégio, objetivando consolidar uma intervenção inclusiva, que atende aos estudantes e a seus responsáveis legais.

Em sua atuação, o SIAP procura direcionar os servidores da instituição à mediação pedagógica nas respostas às necessidades anunciadas na realidade. Possui papel relevante também ao acompanhar os estudantes beneficiados pela assistência estudantil: desenvolvimento dos estudantes com os professores para atendimento psicossocial e pedagógico, propondo ações de formação que contribuam para a perspectiva de inclusão e acessibilidade, além de estarem responsáveis pela seleção e renovação das bolsas de assistência estudantil.

Dentre as ações institucionais do CAP-UFPE voltadas para a permanência de alunos em vulnerabilidade social, é possível citar a Política de Assistência Estudantil. Mostra-se como um pilar para a permanência e conclusão do ciclo escolar de uma parcela dos alunos, ainda que não seja uma política permanente da instituição devido à incerteza da garantia dos recursos vindos da própria UFPE. A assistência estudantil no CAP-UFPE promove, como principal intervenção, a concessão de bolsas no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) para alunos ingressantes por meio da reserva de vagas ou na categoria ampla concorrência, desde que se encontrem em vulnerabilidade socioeconômica conforme as diretrizes do Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Para terem acesso, as famílias passam anualmente por um processo seletivo mediado pela assistente social da escola. Vale ressaltar que a necessidade de um profissional do Serviço social é requerido visto que o enfrentamento das expressões da questão social é a matéria sob a qual este profissional se debruça, sendo sua presença necessária para exercer estratégias de intervenção frente às dificuldades escolares.

O processo de seleção das bolsas consiste na averiguação de análise documental e entrevistas com as famílias a partir das definições de vulnerabilidade socioeconômica descritas pelo PNAES. O acesso à assistência estudantil só se dá para famílias que tenham renda per capita de até um salário mínimo e meio. Os critérios de prioridade para concessão do auxílio, presentes desde o primeiro edital, são:

3.5.1 Menor renda per capita familiar.

3.5.2 Ser ingressante por reserva de vaga do ano letivo de 2017 e seguintes.

3.5.3 Necessidades acadêmicas (alimentação, transporte, fardamento, calçados, etc.);

3.5.4 Situação laborativa da família;

3.5.5 Condições de acessibilidade da residência no que se refere ao deslocamento para o Colégio de Aplicação/Campus Recife da UFPE.

3.5.6 Não ter outra bolsa;

3.5.7 Demais aspectos sociais, familiares, acadêmicos e psicológicos considerados na avaliação técnica do profissional de Serviço Social. (EDITAL ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, 2017, p. 2-3).

Mesmo que a oferta de bolsas seja a principal expressão da assistência estudantil, ela por si só não é suficiente para suprir as necessidades materiais dos estudantes na escola. A nível de educação básica, a assistência estudantil deve ser diretamente íntima ao enfoque familiar e pedagógico. Deve-se levar em conta o cenário geral da vida familiar do estudante: a atuação da assistência estudantil sem a presença da família torna-se inviável, tanto por ser ela que administra o dinheiro concedido, quanto porque a nível escolar os sujeitos de direito são crianças e adolescentes que possuem legislações específicas que exigem dos pais e da escola um olhar dedicado de como será guiada a seleção de bolsas.

Assim, a entrevista com os familiares é parte crucial do processo de seleção dos beneficiários, pois é a partir dela que se alcança a composição familiar dos alunos, o que viabiliza a aproximação dos profissionais do SIAP com a realidade social e econômica dos estudantes. Também fazem parte das estratégias metodológicas da Assistente Social, visitas domiciliares e as visitas institucionais, em que se faz o contato com o conselho tutelar. Essas ocorrem em situações mais complexas, quando há a necessidade de um acompanhamento mais próximo para com a realidade social do estudante e de constatar suas condições de vida. Os usuários nessa situação, por muitas vezes, apresentam situações de abandono escolar ou algum tipo de violência ou negligência familiar.

Foi necessário desenvolver formas de acolhimento das famílias, de traçar perfil socioeconômico dos ingressantes e de suas famílias anualmente a partir de 2018, para desenvolver junto a elas as políticas e projetos que permitam combater essas desigualdades que permeiam o âmbito escolar. A Assistente Social da instituição, Cintya Santos, vem aplicando, desde 2018, um questionário socioeconômico para todos os estudantes ingressantes do 6º ano com o intuito de obter informações que transpareçam as condições econômicas e sociais desses novos estudantes e realizar um relatório institucional. Esse procedimento é desenvolvido desde o processo de matrícula através da Ficha de inscrição de Ingresso com

questões como o local de residência dos alunos, as condições de moradia (se privada, locada ou cedida), condições de saúde, deficiência, etnia, renda (considerando o valor per capita e o/a provedor/a da renda), composição familiar, o principal meio de transporte que se locomove para ir a escola, a escola de origem (se pública ou privada) e se dispõem de condições mínimas de acesso a internet e a equipamentos tecnológicos.

O colégio possui um total de quatrocentos e vinte estudantes que, juntamente a suas famílias, são acompanhados por uma única Assistente Social, o que acaba por gerar uma sobrecarga de trabalho, justificado pela instituição pela impossibilidade de contratação de um/uma novo/a profissional para o Colégio devido aos cortes de verba no orçamento da instituição.

A posterior adesão do sorteio público, em 2020, possibilitou abranger um perfil discente ainda mais distinto dos que ocupavam a instituição, fazendo com que o público que venha a ter acesso à uma educação de qualidade ofertada pela instituição começasse a se divergir cada vez mais. A diversificação do público passa a ser não apenas em relação a alunos de escolas públicas, mas também está ligada a alunos de escolas particulares, muitas vezes bolsistas ou de pequenas escolas de bairro. Essa entrada de alunos que, mesmo que admitidos em ampla concorrência, se encontram em vulnerabilidade social, aumentou a demanda pela assistência estudantil dentro da escola.

A política econômica neoliberal tem interferido no financiamento e no desmonte das políticas sociais e educacionais, tornando a educação, que deveria ser um direito constitucional de fato, um serviço, uma mercadoria. Esse desmonte afeta significativamente todas as possibilidades de formação crítica e política do cidadão, há um sequenciamento histórico de desmontes, explícitos na sociedade, com a finalidade de facilitar o alcance dos objetivos do Estado perante a acumulação de capital.

Esses desmontes impactaram também o orçamento do CAP-UFPE, pois a portaria Nº 959/2013 (BRASIL, 2013) passou a legitimar os colégios de aplicação enquanto unidades de ensino básico mantidas e administradas pelas universidades federais. Assim, o orçamento dos colégios de aplicação e suas despesas dependem dos recursos financeiros transferidos para as Universidades, e desta para o Colégio de Aplicação, para o desenvolvimento de políticas, manutenção e contratação de profissionais. Com esse déficit no orçamento a política de educação fica fragilizada, as condições de acesso e permanência dos alunos ficam cada vez mais comprometidas, além de ameaçar o funcionamento da instituição.

Outra questão necessária para reflexão, é que não há nenhuma garantia nem por parte da gestão da escolar, nem pela reitoria da UFPE, da permanência das bolsas até o fim do ciclo

escolar dos alunos. A AE se sustenta apenas em acordos com a reitoria: a permanência dos alunos do CAP passam a depender da percepção e mobilização da gestão e da reitoria em financiá-la. Anualmente todos os contemplados passam por um novo processo seletivo concorrendo com novos estudantes que ingressam no CAP e buscam na AE um meio para permanecer no colégio. Se pelo PAE da UFPE os estudantes de ensino superior têm a bolsa permanência até o tempo mínimo do término do curso, para os alunos em vulnerabilidade socioeconômica do CAP- UFPE esse cenário, por mais problemático que seja, não se realiza.

Diante de todos os elementos trazidos para discussão, podemos perceber o porquê da necessidade de uma assistência estudantil na educação básica: para que se possa atribuir respostas e enfrentamento aos ataques do capitalismo, do neoliberalismo e do próprio Estado de direito democrático. Uma escola como o CAP-UFPE, que vem fazendo acenos para uma maior democratização do ensino dentro de seu ambiente escolar, que em seu Projeto Político Pedagógico (2016) traz elementos universalistas para se pensar o tipo de educação que oferece, com uma preparação voltada para a formação humana e crítica, precisa requerer a ampliação e garantia de seu programa de assistência estudantil como prioridade. A confirmação desta educação inclusiva e de qualidade só pode ser alcançada quando alicerçada na democracia e inclusão social, levando em conta a própria função da escola para a maioria da população, se adequando através de programas e projetos ao atendimento das suas necessidades educacionais.

No próximo capítulo irei analisar, através da entrevista feita com a Assistente Social do CAP-UFPE e dos perfis socioeconômicos dos estudantes, as mudanças ocorridas desde a implementação das cotas, os impactos a curto prazo e objetivos alcançados pela política afirmativa. Serão discutidos também os impactos pedagógicos da entrada deste novo público na instituição e pelo processo de recepção dos alunos cotistas na escola.

4. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFPE: OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE COTAS

Os elementos trazidos para debate nos capítulos anteriores servem como parâmetro para enxergarmos o contexto no qual se concretizava o CAp-UFPE antes do advento das cotas. Além disso, vislumbrar mudanças significativas para o colégio, tanto em relação ao que concerne ao público que passa a fazer parte dele, quanto ao corpo discente no que se refere aos aspectos pedagógicos que passam a requerer dos professores uma nova postura frente ao aluno.

A partir da entrevista realizada com a assistente social que atua no CAp-UFPE, Cintya Roberta Oliveira dos Santos, foi possível compreender quais foram os esforços da instituição para se adaptar e manter o aluno cotista dentro dela. Com o auxílio do resultado da análise da entrevista, foi possível também observar os impactos pedagógicos da ação afirmativa, no que diz respeito à atuação dos professores, nível de evasão e reprovação escolar. Por último, a análise passou pela recepção dos alunos cotistas na escola, a relação deles com os estudantes não cotistas e pela própria direção da escola.

Com base na análise de dados secundários obtidos através do perfil socioeconômico dos alunos, feito pela assistente social do CAp no período de 2017 a 2022, pude analisar as mudanças observadas nestes perfis ao longo da série histórica. Este período acompanha os principais movimentos de mudança na instituição de ensino, com a entrada da primeira turma por cotas sociais e a implementação do programa de assistência estudantil. Foi importante também nesta análise perceber as limitações da política de cotas ao não estender a questão de raça e renda enquanto critérios de seleção.

Antes de iniciar a discussão do perfil dos estudantes nos últimos anos, é preciso fazer alguns adendos para retomar o panorama demográfico do CAp-UFPE de antes das ações afirmativas. O Projeto Político Pedagógico do CAp-UFPE, é peça importante para visualizarmos esse contexto. Com o objetivo de delinear o perfil socioeconômico e cultural da comunidade discente, foi realizada uma pesquisa institucional durante o período de matrícula de 2012 a 2014. Do universo de 420 alunos, do Ensino Fundamental e Ensino Médio, foram realizadas entrevistas com 145 deles (CAP, 2020); o levantamento apresenta dados como o tipo de escola que os discentes frequentavam antes de ingressarem ao CAp-UFPE, como é possível visualizar abaixo:

Figura 2 - Escola de origem dos alunos do CAp-UFPE (2012-2014)

TIPO DE ESCOLA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Pública	0	---
Particular	144	99,3%
Outro* - Particular com bolsa	1	0,68%
Total	145	100%

Fonte: Projeto Político Pedagógico do CAp-UFPE (2020, p. 119)

Podemos perceber que a totalidade dos discentes que ingressaram na escola neste período veio de escolas particulares, apenas um deles sendo bolsista em escola particular. No final da avaliação, em relação ao perfil das dos alunos e das famílias, a comissão organizadora da pesquisa conclui que:

Diante do exposto, fica claro que a nossa clientela é composta por alunos de classe média ou média alta, com grande parte advinda de escolas particulares e também que a maioria faz curso preparatório para ingressar no CAp. A maioria dos pais têm curso superior, muitos são funcionários públicos ou trabalham em funções de alto nível em empresas particulares, ou ainda são profissionais liberais. Além disso, possuem boa infraestrutura para um bom desenvolvimento escolar com espaço definido para estudos em suas casas e também apoio da família no que se refere ao auxílio nos estudos (CAP, 2020, p.123).

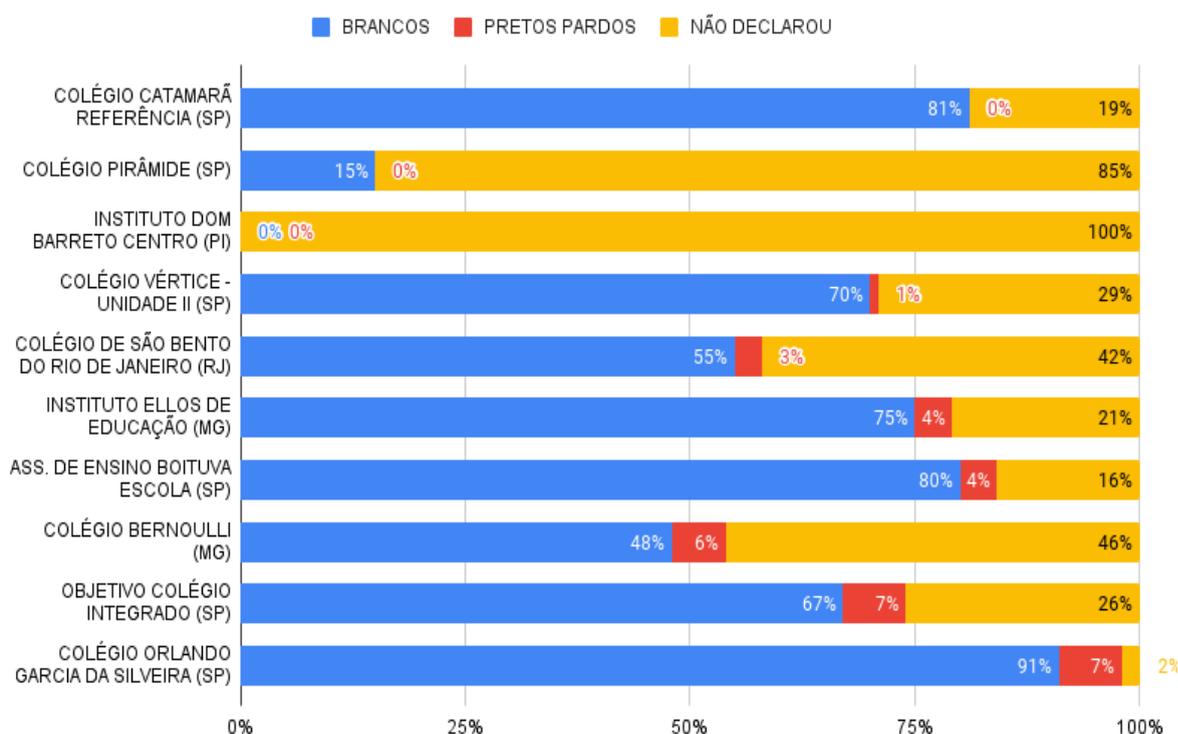
Seu público, historicamente, sempre foi proveniente de famílias detentoras de condições materiais para se utilizar de estratégias a fim de alcançar o sucesso escolar dos filhos, e viam no Colégio de Aplicação um espaço ideal para atingir estes objetivos; essas crianças eram preparadas por anos para lidar com o rigor seletivo requerido nos exames admissionais. De acordo com Silva (2015), o Colégio beneficiava, via de regra, quem já tivesse condições sociais e culturais favoráveis ao aprendizado ofertado pela instituição.

O perfil presente no PPP, porém, deixa de fora algumas informações que seriam indispensáveis para uma análise mais profunda da realidade do seu público: como, por exemplo, a composição racial dos alunos, o que deixa uma lacuna imensa na compreensão do quadro da instituição à época. Dados retirados do Censo Escolar 2020 (INEP, 2020) nos ajudam a compreender como se dá o arranjo racial dentro das escolas com os melhores índices no Enem.

A composição racial dessas instituições de elite serve para demonstrar uma relação bastante perceptível à realidade brasileira, quanto mais cara e com melhores resultados em exames e

vestibulares, menor o percentual de pessoas pretas e pardas dentro de sua configuração social. Há ainda uma taxa altíssima de não resposta em alguns casos, o que impede de fazermos mais ilações sobre o assunto; essa ausência, fruto de recusa a fornecer dados consistentes, por si só já expõe o desprezo com que essas escolas tratam a questão racial dentro de seus ambientes. Como o Colégio de Aplicação da UFPE antes das cotas recebia, praticamente que em sua totalidade, alunos oriundos de escolas particulares, e levando em conta também o perfil familiar desses estudantes, o alto investimento para ingressar em uma escola de alto nível, é possível inferirmos que o seu alunado era constituído por indivíduos em sua maioria brancos.

Gráfico 4 - Composição racial das escolas particulares com melhores médias no ENEM-2019



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar 2020

A entrevista realizada com a assistente social Cintya Santos, que atua no Serviço de Inclusão, Acessibilidade e Permanência (SIAP) do CAP-UFPE, permitiu compreender quais foram as principais mudanças demográficas e institucionais desde a entrada de alunos por reserva de vagas, além de outras questões que irei tratar mais à frente. Os dados socioeconômicos utilizados aqui foram obtidos, a partir de 2018, através de questionários aplicados pela assistente social aos alunos dos 6º anos que ingressaram por meio de vestibular

entre 2017 e 2022. Com esses dados pude elaborar alguns esquemas com o intuito de representar graficamente as modificações ocorridas no período.

Como discutido nos capítulos anteriores, a reserva de vagas foi implementada tardiamente no CAP-UFPE a partir de 2017. Neste mesmo ano, a direção da escola solicitou recursos à Reitoria da Universidade para a aplicação de um embrionário programa de auxílio estudantil; este foi colocado em prática ainda sem a presença de um profissional responsável da área de assistência social. Apenas em 2018 foi que a instituição proveu à comunidade escolar os serviços de uma profissional habilitada para coordenar e executar os planos referentes à acessibilidade desta política social.

Sobre a estrutura do Colégio antes do advento das cotas e as primeiras mudanças após sua implementação, a profissional nos diz:

“A reserva de vagas foi implementada no CAP/UFPE em 2017, eu ingressei em 2018, então não vivenciei concretamente como era o colégio antes das cotas. É claro que sabemos que, historicamente, os colégios de aplicação eram reconhecidos como escolas elitistas e que atendiam, majoritariamente, estudantes de escolas privadas e que faziam cursinhos preparatórios para ingressar no colégio. Nos relatos dos docentes e técnicos mais antigos aparece um perfil de estudantes com um nível social e econômico elevado. Nos próprios quadros de fotos espalhados por toda escola, das turmas dos terceiros anos, que são registrados há muitos anos, verificamos poucos estudantes negros. Então, o que percebemos é que as cotas trouxeram a ampliação do acesso a estudantes de escolas públicas e de menor renda. A pluralidade e a democratização do acesso ao CAP tornou-se possível graças às cotas, isto é um fato!” (SANTOS, 2022).

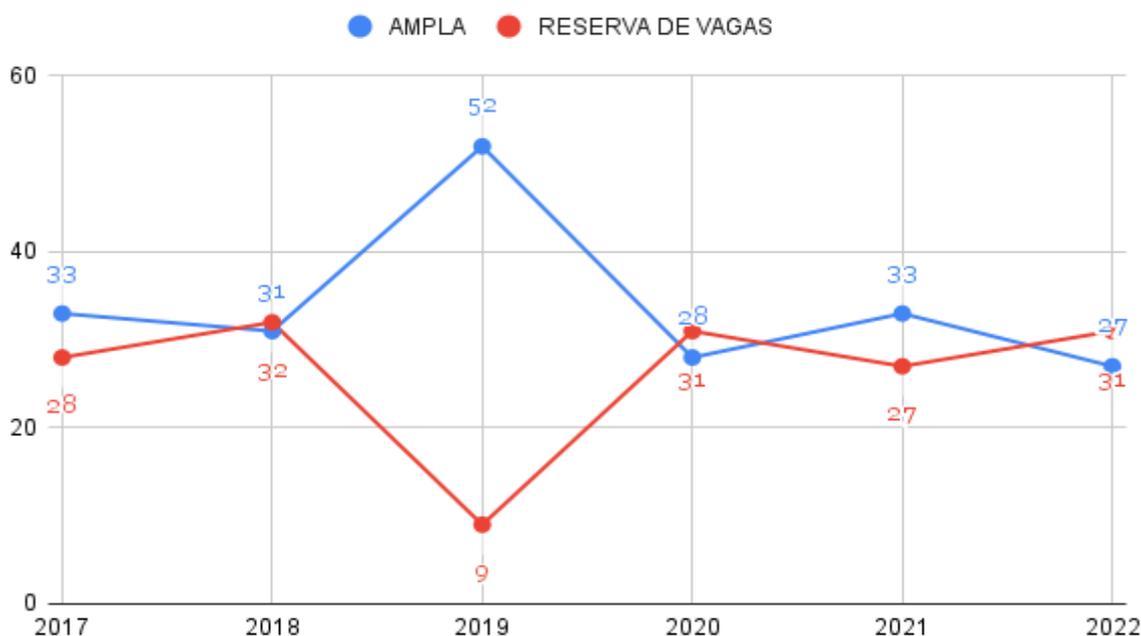
Em sua fala inicial, já podemos identificar que, mesmo sem atuar na escola antes do estabelecimento de reservas de vagas, a assistente social consegue perceber mudanças significativas. Institucionalmente, há essa noção de que a escola, durante décadas, agregou um público exclusivamente de escolas privadas e pertencente às classes médias e altas. Por essas particularidades pautadas num hermetismo de classe, a entrada de um novo público trouxe uma modificação, ainda que não plena, impactante para o Colégio de Aplicação. O gráfico 5 mostra o número de alunos ingressantes por reserva de vagas e por ampla concorrência entre 2017-2022.

Percebe-se que, a cada ano, os números de alunos ingressantes por reserva de vagas e ampla concorrência são equiparáveis. O ponto fora da curva nesta comparação, é o ano de 2019 em que há um número discrepante de alunos entre as duas categorias: ampla concorrência com 52 novos alunos e reserva de vagas com apenas 9. A possível explicação

para esta disparidade foi a inclusão da seguinte condição no edital de processo seletivo para ingresso em 2019:

11.5. O candidato que obtiver nota menor que 5 (cinco) pontos na prova de Matemática ou menor que 5 (cinco) pontos na prova de Português estará automaticamente eliminado; e nesse caso, a prova de Produção de Texto não será corrigida (CAP, 2018, p. 4).

Gráfico 5 - Número de alunos ingressantes por reserva de vagas e ampla concorrência (2017-2022)



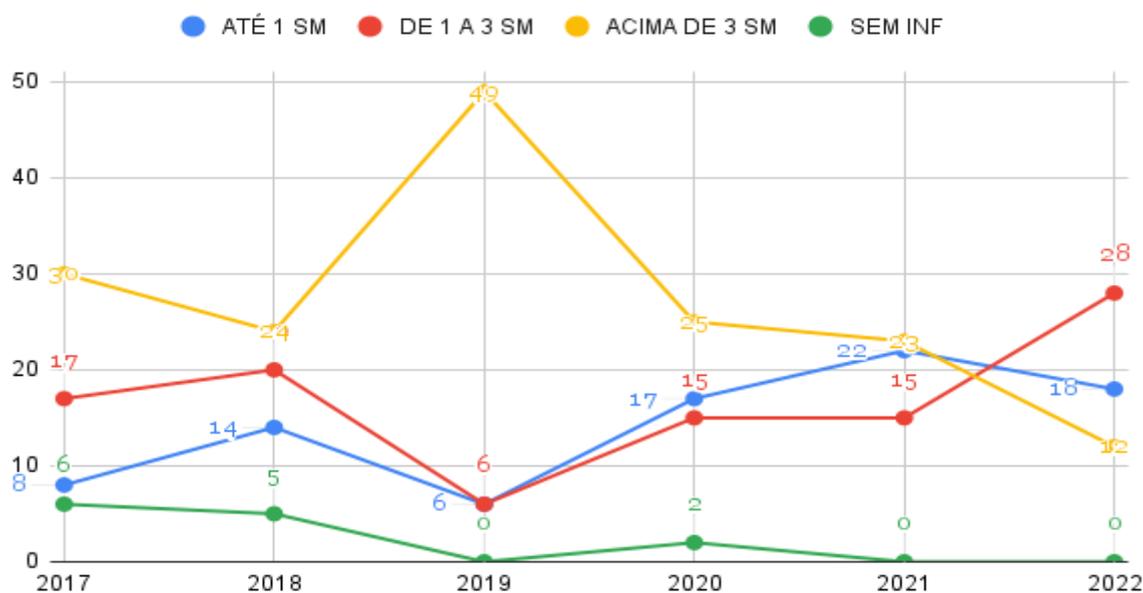
Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Colégio de Aplicação - UFPE

Essa cláusula exclusivista pode ter sido o principal motivo dessa desconformidade dos dados. No ano seguinte, foi modificado o item 11.5 no novo edital, desta vez a nota mínima exigida nas provas de Português e Matemática para não eliminação foi de apenas 1 ponto (CAP, 2019). No processo seletivo para 2021, foi adotado o sorteio público como forma de ingresso, não possibilitando discrepâncias deste tipo.

Outro aspecto importante que deve ser mencionado é a renda familiar bruta da família dos alunos, como podemos visualizar no gráfico 6. É possível verificar que a maioria dos alunos ingressantes eram de famílias que possuem renda bruta acima de três salários mínimos, porém, com o passar dos anos a tendência foi de aumento na população na faixa de um a 3 três salários mínimos. Novamente, o ano de 2019 demonstra uma discrepância nos números em relação aos outros anos; pode-se, novamente, atribuir esse fato à particularidade do edital de 2019. A faixa de renda de até um salário mínimo mostrou uma tendência de aumento

quando comparado o ano inicial de análise e o ano atual, tendo hoje o maior percentual de frequência entre os alunos ingressantes.

Gráfico 6 - Renda familiar bruta da família dos alunos por ano (2017-2022)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Colégio de Aplicação - UFPE

A mudança de predominância de faixas de renda refletiu numa maior procura por bolsas de assistência. Sobre a oferta de bolsas, Cintya explica na entrevista:

“Desde o início do ingresso dos estudantes através da reserva de vagas, passamos a oferecer um auxílio econômico, sendo uma das ações da política de assistência estudantil proposta pelo CAp. Inicialmente essas bolsas eram ofertadas apenas para estudantes da reserva de vagas, a partir de 2019 abrimos a possibilidade de participação da seleção para toda a escola, respeitando os critérios estabelecidos no edital (principalmente de renda). Percebemos que, apesar de todos/as terem o direito de participar, grande parte dos/as estudantes selecionados são oriundos das cotas.” (SANTOS, 2022)

Ainda que desde 2019 o auxílio permanência tenha deixado de ser ofertado apenas para cotistas, abrindo assim a possibilidade de seleção também para alunos da ampla concorrência, a maior parte dos beneficiários é composta por alunos da reserva de vagas, como dito pela assistente social.

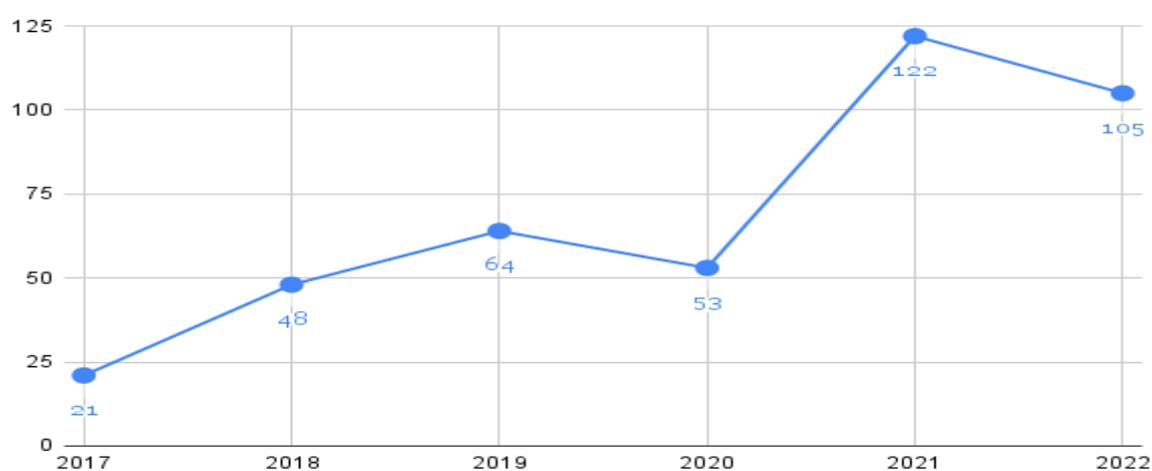
Os parâmetros adotados pelo SIAP para a seleção dos beneficiários segue as diretrizes ditadas pelo PNAES, ainda que o programa tenha sido pensado para a graduação, seguindo determinados critérios de renda:

*“A bolsa de assistência estudantil é ofertada a partir de uma seleção, aberta a todos/as os/as estudantes matriculados no CAp e que estão dentro do perfil de renda de até **um** salário mínimo e meio per capita, o mesmo perfil estabelecido pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil para a graduação. Anualmente é divulgado um edital em que são estabelecidas as regras de participação, as exigências para a manutenção da bolsa e informada a documentação de avaliação socioeconômica necessária para a seleção. O principal critério é a renda, porém na avaliação, que é feita através de análise documental e entrevista, avaliamos as condições gerais das famílias, como a estabilidade profissional, situações de saúde grave na família, se já são cadastrados em benefícios sociais do governo.” (SANTOS, 2022)*

Além do critério de renda, a equipe leva em consideração diversos fatores ligados à condição socioeconômica da família, o que é avaliado através de entrevistas, avaliação documental, dentre outros. Diferentemente do que ocorre na graduação, porém, o edital só é aberto uma vez por ano e não a cada semestre, como nos cursos de graduação da UFPE; fator que identifiquei como óbice para a garantia da permanência de alunos em vulnerabilidade, pois, levando em consideração a instabilidade econômica e política que o país atravessa há anos, intensificada pela pandemia da Covid-19, em alguns a situação profissional e econômica de uma família pode mudar completamente.

A situação econômica do país, juntamente com a abertura de oferta de vagas na assistência para alunos não cotistas, resultou em uma maior procura por bolsas permanência na instituição estudada. A seguir, no gráfico 7, podemos observar durante os anos o aumento do número de alunos beneficiados pelo programa institucional de bolsa permanência.

Gráfico 7 - Número de alunos beneficiados pela bolsa permanência por ano (2017-2022)



Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Colégio de Aplicação - UFPE

Mesmo que haja uma clara tendência de crescimento do número de bolsas desde 2017 (com uma leve queda no ano de 2020), o número de bolsas não englobava todos os alunos ingressantes através de cotas. Em 2017, por exemplo, quando os auxílios eram oferecidos apenas aos cotistas, 21 deles foram beneficiados, porém é preciso lembrar que o número de alunos ingressantes por cota neste ano chegou a 28. Em 2021, devido a grande demanda por bolsas decorrente da crise humanitária trazida pela pandemia desde o ano anterior, o CAp conseguiu junto à reitoria negociar o aumento do número de bolsas a serem ofertadas.

A questão do financiamento para a concessão de bolsas tem sido também um grande porém para a instituição, como mostra Cintya ao falar dos desafios enfrentados na implementação e estabelecimento do programa:

“São muitos os desafios postos para a implementação de ações que contribuam para a garantia da permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. [...] até hoje não temos uma verba específica e definida para a assistência estudantil no CAp. Não há previsão orçamentária para o pagamento de bolsas para a educação básica, nem um fundo nacional que garanta essas ações, como existe na graduação. Desta forma, dependemos de negociações com a Universidade para que possam subsidiar a verba para o pagamento das bolsas que ofertamos.” (SANTOS, 2022)

Enquanto não existir uma definição sobre a importância da destinação de orçamento público para a assistência estudantil na educação básica, haverá essa limitação nas ações viáveis de serem concedidas na perspectiva da permanência sem verba exclusiva para tal. A negociação dos valores destinados à assistência repassados pela UFPE para o Colégio de Aplicação tem sido bastante instável desde sempre:

“A cada ano precisamos renegociar o valor a ser destinado ao colégio. Em 2022, por exemplo, tivemos uma redução do quantitativo de bolsas de 122 para 105, devido a falta de recursos e os cortes orçamentários que a Universidade vem sofrendo. O que precisamos na verdade é de recursos próprios para este fim na educação básica. Enquanto não houver verba pública destinada à assistência estudantil ficaremos submetidos aos recursos escassos que a Universidade pode custear. Também não temos verba para a compra de fardamento, o que impacta bastante nas despesas das famílias no início do ano letivo.” (SANTOS, 2022).

Essa conjuntura revestida de incertezas tem sido habitual desde que se iniciou o processo de assistência estudantil no Colégio de Aplicação da UFPE, mostrando a fragilidade da garantia da permanência dos estudantes socialmente vulneráveis e limitações das políticas sociais, que adotam características altamente focalistas num contexto neoliberal.

As desigualdades se tornaram cada vez mais patentes desde que estudantes de classes sociais distintas passaram a coabitar o mesmo ambiente escolar. A postura da gestão, do corpo técnico e, principalmente, dos professores, teve que ser modificada: a presença quase que integral de alunos com alto grau de eficiência escolar e desenvolvimento pedagógico, como configurava-se o CAp-UFPE antes das cotas, facilitava todo o processo educacional.

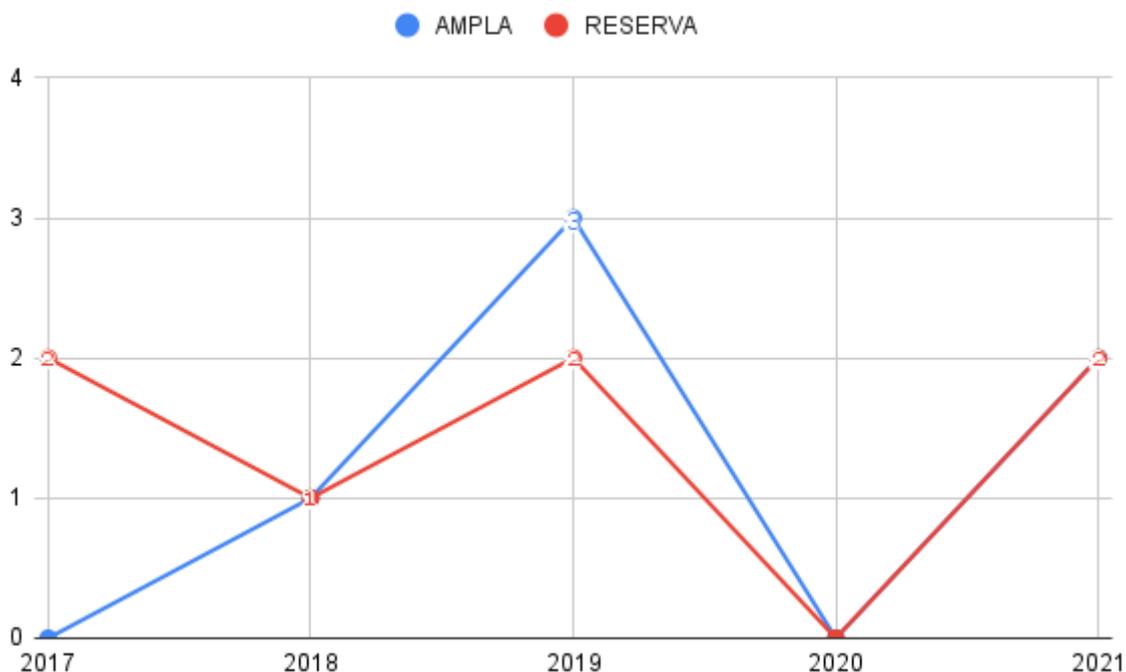
Ao se pensar políticas afirmativas, exige-se compreender a estrutura escolar para se criar uma nova organização que converse com as questões sociais surgidas a partir desta abertura para um novo público; o sinal para uma escola integradora e com viés democratizante pressupõe esse tipo de mudança profunda. Os professores não estavam preparados para lidar com as mudanças, tendo em vista que é impraticável compreender as lacunas de aprendizagem sem refletir os fatores sociais que transpassam a vida dos estudantes, dentro e fora da escola; faz-se necessário, neste contexto, um trabalho integrado que alcance profissionais de diversas áreas para lidar com as questões emergentes.

Questionei na entrevista quais as dificuldades demonstradas pelos professores em relação à atuação com os estudantes vindos do ensino público, ao passo que Cintya respondeu:

“[...] houve sim a necessidade de repensar o currículo e criar estratégias de adaptações curriculares que possam atender a defasagem escolar que tem surgido com o ingresso dos estudantes de escolas públicas. Principalmente nos últimos dois anos, pós pandemia, quando muitas escolas municipais trabalharam de forma remota, com ensino limitado a aplicativos e conteúdos sendo ofertados pelo whatsapp. Foram criados componentes curriculares, como oficinas de texto e de matemática no contraturno, para trabalharem essas questões pedagógicas específicas.” (SANTOS, 2022)

Há, portanto, segundo a assistente social, o reconhecimento de que se tem realmente uma defasagem pedagógica na educação dos alunos que vêm de escolas públicas, corroborada ainda mais no processo de ensino remoto utilizado durante a pandemia. O currículo teve que sofrer algumas alterações, criando inclusive novos componentes curriculares no contraturno, em busca de acolher e nivelar pedagogicamente esses alunos que chegam na instituição descompassados com os conteúdos ofertados para sua série/ano escolar.

O gráfico 8 apresenta os dados de reprovação escolar por ano, separados pelas categorias ampla e reserva de vagas. Nota-se que o número de retenção em todo o colégio apresenta níveis baixíssimos, não ultrapassando nunca o total de 5 alunos. Com quedas e crescimento ao longo dos anos, a incidência de alunos cotistas reprovados manteve-se a mesma se comparados os anos de 2017 e 2021.

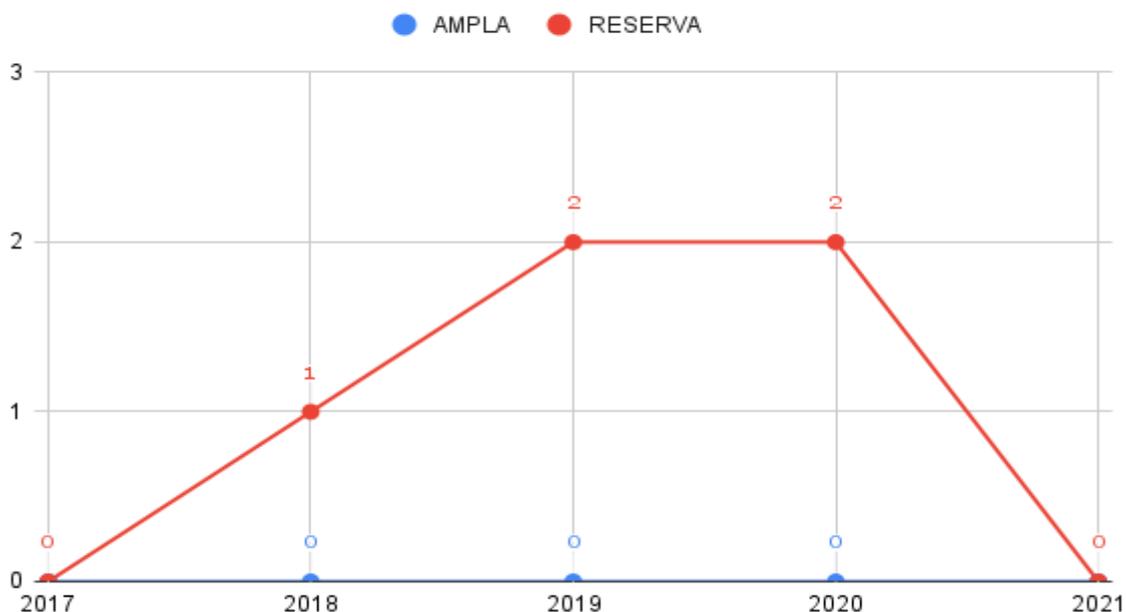
Gráfico 8 - Reprovação escolar dos alunos por ano (2017-2021)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Colégio de Aplicação - UFPE

Vale destacar aqui o ano de 2020 em que nenhum aluno das duas modalidades de ingresso foram reprovados, isto deve-se ao fato de que o CAP-UFPE decidiu não reprovar nenhum aluno no referido ano:

“No primeiro ano da pandemia, por exemplo, foi aprovado pelo Conselho Gestor a não indicação de retenção/reprovação dos/as estudantes de todo ensino fundamental e médio. Entendemos que não havia como avaliar o impacto do ensino remoto, já no primeiro ano de pandemia, a ponto de indicarmos retenção com segurança. A avaliação pedagógica precisou ser adaptada ao contexto.” (SANTOS, 2022)

Esta fala reforça a ideia de que a escola precisou se adaptar às circunstâncias adversas enfrentadas na pandemia, em que as desigualdades e expressões da questão social acirraram-se ainda mais, sobre este tema tratarei mais a fundo posteriormente. Os números referentes à evasão escolar também se apresentam de maneira discreta na linha histórica levada em consideração nesta análise. Como pode ser visto no gráfico 9, de 2017 a 2021 nenhum aluno ingressante por ampla concorrência evadiu da escola. Em contrapartida, alguns discentes que entraram por reserva de vagas, evadiram nos anos de 2018, 2019 e 2020. Ainda assim, são números pequenos se comparado ao universo de análise.

Gráfico 9 - Evasão escolar dos alunos por ano (2017-2021)

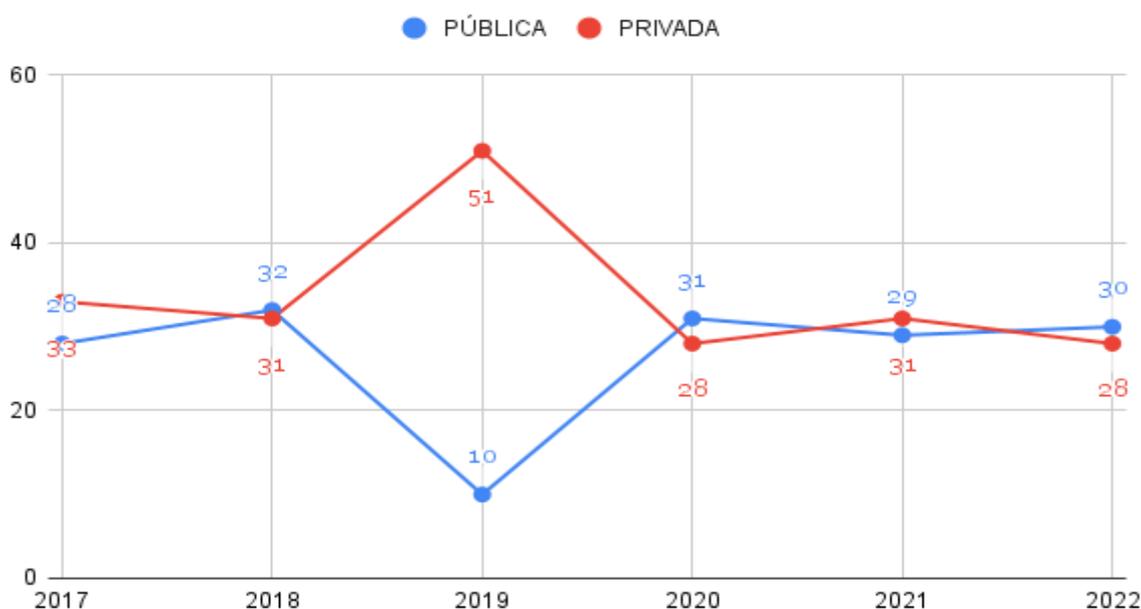
Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Colégio de Aplicação - UFPE

Ainda sobre a adaptação, do ponto de vista pedagógico para atender as particularidades dos alunos oriundos de escola pública, a profissional do SIAP respondeu:

“Outra questão que tenho percebido é que tem surgido temáticas, até então pouco abordadas no colégio, como bullying, racismo e diversidade. Penso que temos sido estimulados/as a pensar numa nova escola, mais plural, diversa e mais próxima a realidade social em que vivem nossos/as estudantes. Não há como não ter impacto no pedagógico.” (SANTOS, 2022)

Como era de se esperar, a presença de um novo público escolar fomenta o surgimento de novas discussões dentro do ambiente escolar, o que reverbera também nas discussões adotadas em sala de aula. Assim, como dito pela assistente social, o corpo da escola tem afervorado novas discussões sobre os caminhos que a escola deve tomar para assemelhar-se às realidades e experiências de vida de seus alunos. É completamente inviável compreender as dificuldades, as lacunas pedagógicas, de aprendizagem, sem levar em consideração questões sociais que permeiam a vida educacional destes alunos (MELO; CIAVATTA, 2011, p. 251).

O CAP hoje é um ambiente policlassista e, desta forma, elementos legítimos de uma determinada classe, por muitas vezes se tornam elementos de violência simbólica e deslocamento no espaço escolar por parte dos alunos oriundos da classe trabalhadora. A distribuição de alunos ingressantes de acordo com o tipo de escola de origem (pública ou privada) se dá da seguinte forma:

Gráfico 10 - Tipo de escola de origem dos alunos ingressantes por ano (2017 - 2022)

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Colégio de Aplicação - UFPE

Novamente, apenas o ano de 2019 mostra uma grande discrepância entre os anos de análise. De maneira geral, a quantidade de alunos oriundos de escolas públicas e privadas tem se equiparado, de acordo com os critérios adotados nos editais de seleção. Para Cintya Santos, não há grandes atritos entre esses dois públicos:

“Não percebo um “atrito”, o que eu percebo é um choque de realidades que vem diminuindo ainda mais nos últimos dois anos, com o ingresso via sorteio público. Eu penso que as cotas, juntamente com o ingresso pelo sorteio tem diminuído as realidades extremas de classe e renda que tínhamos no início da implementação das cotas no CAp. Como disse acima, a escola tem se tornado mais diversa e com isso aparecem as diferenças de realidades sociais que temos abarcado com as cotas e com o sorteio. [...] Assim, temos tido conflitos característicos do debate de classe, o que exige da comunidade escolar trazer para o debate pedagógico, dentro e fora da sala de aula, temáticas que favorecem o combate a discriminação e o preconceitos nas suas diversas facetas. [...] O mais importante é não ignorar as diferenças sociais existentes e refletir, cotidianamente, em como podemos acolher essa “nova” escola.” (SANTOS, 2022).

Estas “diferenças”, têm aumentado ainda mais com a adoção do sorteio público a partir de 2020. A escola se tornou mais diversa, o que pede um acompanhamento mais proximal dos profissionais do SIAP para com os alunos, notadamente aqueles que apresentam questões sociais mais delicadas ou que impactam diretamente na permanência dos estudantes na instituição. Há também um acompanhamento da frequência escolar de forma sistemática para prevenir a retenção e a evasão escolar.

Cabe ressaltar que os processos de fragilidades sociais se agravam ainda mais com a pandemia da Covid-19, quando o Estado direciona recursos para custeio dos juros da dívida pública, houve um aumento de 33% gastos nessa área apenas no ano de 2020, segundo informações do site Auditoria Cidadã (2021). Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro se ausenta perante o desenvolvimento e financiamento de políticas sociais, além de consumir uma agenda negacionista da ciência e da pandemia, o que, junto à crise econômica e política, impactou também no processo de escolarização e no acesso, visto que os índices de evasão escolar aumentaram assustadoramente, pois vários alunos não teriam condições de ter aula de modo remoto.

Estes elementos fundamentaram a paralisação das atividades do Colégio de Aplicação em março de 2020, retomadas em formato remoto apenas em agosto de 2020. Além da bolsa assistência, principal ação de assistência na instituição de ensino, o SIAP desenvolve ações a partir das necessidades que vão surgindo, como foi o caso do ensino remoto:

“[...] no período da pandemia, por exemplo, conseguimos distribuir 57 equipamentos eletrônicos (tablet e celular), 19 auxílios no valor de R\$100,00 para pagamento de serviços de internet nas residências e 48 auxílios financeiros, no valor de R\$900,00 para a compra de equipamentos, buscando assim incluir os/as estudantes em vulnerabilidade socioeconômica para o ensino remoto, na perspectiva da inclusão digital. [...] Em 2020 também não conseguimos, devido ao lockdown, realizar a seleção para a bolsa de assistência estudantil. Desta forma, mantivemos quem já recebia nos anos anteriores e fornecemos, através de uma campanha solidária envolvendo docentes e técnicos do colégio, cestas básicas para os estudantes dos sextos anos (ingressantes) durante os primeiros meses da pandemia.” (SANTOS, 2022)

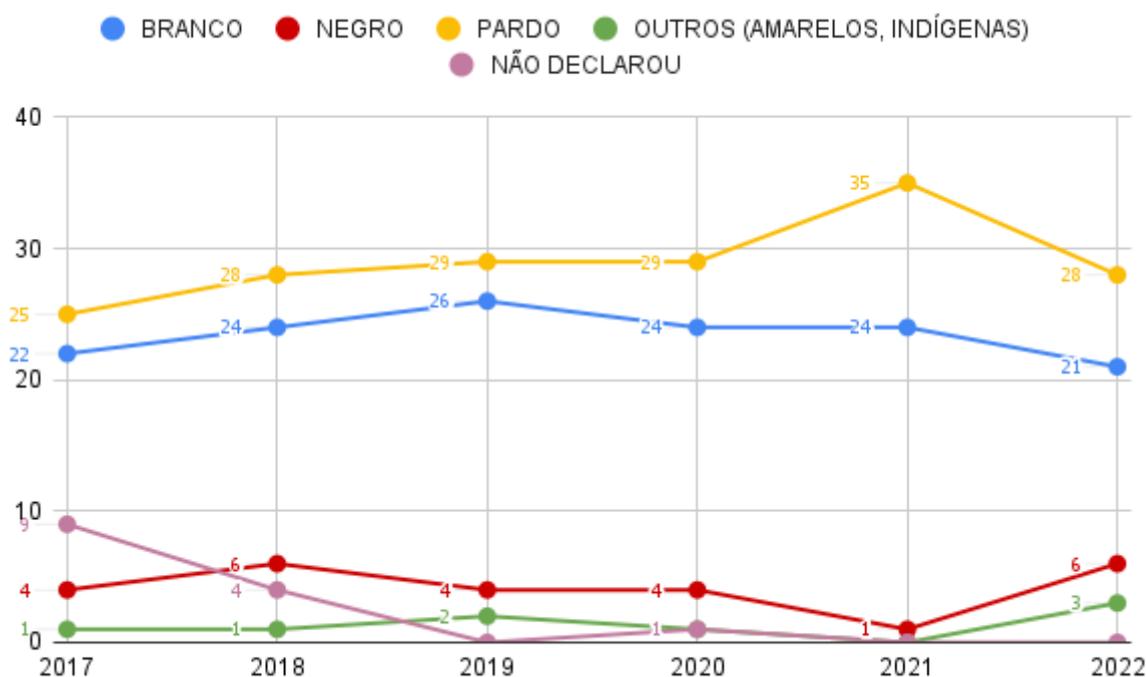
Nota-se que a escola empenhou-se em se adaptar à pandemia para lidar com as consequências surgidas a partir dela. Durante o ensino remoto, precisaram também criar alternativas pedagógicas considerando as realidades sociais dos estudantes e famílias em situação de vulnerabilidade, sem espaço e equipamentos adequados para participar de aulas remotas, além da falta de conexão com a rede de internet. Outro processo difícil de tratar foi o retorno às aulas presenciais:

“[...] Precisamos respeitar as exigências e recomendações sanitárias, apesar da falta de materiais e equipamentos de proteção individual (EPIs) escassos na Universidade. Tivemos que lidar com o medo da contaminação, com a readaptação à convivência no espaço escolar, com a reorganização do espaço para cumprir com o distanciamento social. Ainda estamos vivenciando esse processo de volta à “normalidade”. (SANTOS, 2022)

Uma das limitações mais evidentes da política no CAp-UFPE é a ausência do critério raça/cor enquanto modalidade de reserva de vagas no seu processo seletivo: pretos, pardos e indígenas não foram incluídos no debate de democratização do ensino na instituição pesquisada. Ao se levar em conta o contexto de desigualdade racial que vivemos e a formação social do país que historicamente excluiu essas populações do acesso a bens fundamentais, aqui a educação inclusiva, não se deveria deixar de fora esta variável social ao se pensar a democratização do ensino.

Ainda que a população preta não tenha sido lembrada na formulação da política estudada, de acordo com os dados disponibilizados pela instituição, houve sim uma mudança substancial na caracterização racial dos estudantes. Podemos verificar através do gráfico abaixo 11.

Gráfico 11 - Raça/cor dos alunos ingressantes por ano (2017 - 2022)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Colégio de Aplicação - UFPE

Aqui, a categoria “negro” deve ser entendida como “preto”, tendo em vista que “pardo” foi levado em consideração como outro grupo. Como visto, os alunos ingressantes que computados enquanto pardos têm sido maioria na escola desde 2017, primeiro ano das cotas na escola, ultrapassando o número dos que se consideram brancos. Destaque aqui para o ano de 2021 em que a distância foi a maior durante a série histórica. Os que não se

declaravam em nenhuma categoria caiu de 10 no ano de 2017 para 0 no levantamento deste ano.

Indivíduos pretos, porém, apresentam números baixos em todos os anos, variando entre quatro a seis e em 2021 tendo apenas um representante. Duas hipóteses podem ser levantadas em relação a isso: a primeira é de que a política institucional de cotas não está dando conta de integrar essa parcela da população ao Colégio de Aplicação, tendo em vista que são indivíduos em vulnerabilidade social mais profunda; a segunda hipótese que podemos levantar é a de que há uma baixa na identificação dos alunos enquanto pessoas pretas, pois se enxergar enquanto preto não é um processo simples. Segundo o antropólogo Kabengele Munanga em entrevista à revista Estudos Avançados da USP (2004), num país como Brasil, que historicamente lidou com uma ideia de branqueamento, não é tarefa fácil delimitar quem é ou não negro. O ideal de branqueamento foi introjetado, inclusive em pessoas negras, a ponto de fazer com que não se considerassem negras, o que torna o processo de se identificar e se afirmar racialmente um processo doloroso.

Na entrevista realizada com a assistente social do CAp, quando perguntada acerca da não inclusão de critérios raciais na elaboração da política de cotas, foi respondido que:

“Eu considero que a implementação das cotas tem sido um grande diferencial na ampliação e democratização do acesso. Quem está hoje na escola pública municipal, em sua grande maioria, são crianças da periferia, com baixa renda e negros/as. Considero que a implementação das cotas no CAp foi fundamental neste processo de democratização do acesso. Temos outro perfil de estudantes no CAp se compararmos aos anos anteriores à reserva de vagas. [...] Penso que as cotas, por si só, não dão conta da desigualdade educacional que está posta em nossa sociedade. Porém, não podemos negar a sua importância e a contribuição que a política tem trazido para que estudantes da periferia, negros, mulheres, com deficiência e famílias em vulnerabilidade (entre outros grupos) possam ter garantidos o acesso a uma educação de qualidade. [...] Penso também que estamos caminhando em um longo processo de implementação de ações afirmativas na escola, na busca pela garantia à igualdade de oportunidades para todos/as. Considero que não há como pensarmos em equidade e igualdade sem pensarmos nas cotas, pelo menos na estrutura social brasileira atual.” (SANTOS, 2022).

A partir de sua fala podemos observar uma tentativa de reforçar as mudanças ocorridas no perfil dos novos alunos a ingressarem na escola. Ainda que reconheça que as cotas sozinhas não dão conta de apagar as desigualdades educacionais presentes no corpo social, segundo ela, a cota de escola pública, mesmo não adotando critérios de raça/cor, mostra-se capaz de garantir em certa medida uma democratização do ensino para crianças em situação de fragilidade social.

Diante das análises traçadas neste capítulo, é possível perceber que a escola, em uma perspectiva mais ampla, não encontra-se isolada do contexto social, muito pelo contrário:

[...] ela reflete as condições econômicas, políticas e sociais em que o país se encontra, por isso, que ao ensinar, ao conhecer o aluno e a realidade institucional, o profissional irá se deparar com diversas expressões da questão social, que muito provavelmente irão interferir no processo de ensino;aprendizagem.” (BRASILEIRO; SOUSA, et al., 2020, p. 140)

As demandas surgidas na realidade social em que está inserida pública são constitutivas do contexto social que vivemos na contemporaneidade, e que exigem medidas e ações, antes de tudo, de caráter político (BRASILEIRO; SOUSA et al., 2020). Grande parte da população estudantil Capiana que se inseriu neste ambiente através de reserva de vagas, encontra-se em situação de carência das mais diversas ordens, vivenciadas por suas famílias em decorrência do contexto neoliberal que vivemos e pela própria lógica de exploração inerente ao modo de produção capitalista.

É preciso pensar um aperfeiçoamento da política de inclusão social estudada, pois como dito anteriormente, possui limitações óbvias ao não levar em consideração critérios como raça e renda familiar ao pensar seus editais de seleção. Ainda que, é bem verdade, a adoção de sorteio público tenha características ainda mais democratizantes e traga um impacto no que diz respeito à variação do perfil econômico dos ingressantes, neste caso, não só por reserva de vagas, mas também por ampla concorrência. Junto à política de reserva de vagas, é necessário também pensar estratégias de assegurar direitos, acessos e atendimento especializado a estes estudantes.

5. CONCLUSÃO

Diante do contexto de leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a prática vem se contradizendo em diversos setores da vida social, sendo um deles a universalização da educação como uma das maiores problemáticas, visto que ainda há riscos e enormes limites nos indicadores do acesso. Além disso, leis como estas não podem ser consideradas universais em todos os níveis, pois, ao adentrar em uma perspectiva mais abrangente, a forma de ingresso em algumas instituições públicas, como os Institutos Federais (IF) e Colégios de Aplicação (CAp) podem ser consideradas meritocráticas.

Logo, essa questão evidencia que a educação como uma totalidade não se constitui, na prática, como um direito humano e sim como alvo de processos oportunizados, visto que nem todos possuem a mesma oportunidade de ingresso e permanência frente a uma sociedade atravessada e estruturada por desigualdades sociais. Foi no caminho de questionar a democratização do ensino público no contexto de um Colégio de Aplicação regido pela Universidade Federal de Pernambuco que realizei esta pesquisa.

A partir do capítulo intitulado “Colégio de Aplicação da UFPE: processo de formação e mudanças no acesso ao longo dos anos”, passei pelas singularidades presentes na história e organização dos CAPs, de maneira geral, e do CAp-UFPE particularmente. Seus principais aspectos foram aqui explicitados em busca de compreender o que levou à implementação de uma política de cotas. Foi discutida a transição do antigo processo seletivo para a adesão da política de cotas, posteriormente a adoção do sorteio como processo de ingresso. Foi ainda apresentada uma breve contextualização do início da política de cotas no Brasil, ainda num contexto universitário, um verdadeiro espaço de disputa cercado de muita desconfiança e pareceres tanto positivos quanto negativos.

Foi possível perceber que a entrada de alunos oriundos das classes menos favorecidas, realmente trouxe ao colégio novas demandas não experienciadas anteriormente. É importante, nesta análise, levar em consideração que, ao longo da história por acesso à educação, a classe trabalhadora esbarra com dificuldades que ultrapassam questões puramente pedagógicas. No caso do CAp-UFPE, se antes das cotas as condições de permanência dos alunos não chegavam a ser um problema, após sua implementação, os conflitos, desigualdades sociais e educacionais passam a ser vivenciadas dentro da escola.

Já no terceiro capítulo, o foco da pesquisa foi direcionado à política de assistência/permanência e seus impacto no CAp-UFPE, buscando entender quais esforços estão sendo realizados por parte da instituição para manter os estudantes cotistas na escola,

como se encaixa a política de assistência no Colégio de Aplicação, quais pontos são abordados nos seus editais, qual público alvo, qual a extensão de sua cobertura.

Ao longo do percurso histórico da educação no Brasil, os enfrentamentos feitos pelo Estado em relação à permanência e conclusão de curso dos alunos estiveram sempre ligados a ações que convencionou-se chamar de assistência estudantil. A consolidação das ações de assistência estudantil na UFPE foi o que viabilizou a futura promoção desse tipo de política no CAP-UFPE. Claro que há especificidades de acordo com o público atendido, mas a estrutura geral desses programas de assistência se mantém; promover a garantia e permanência de alunos em vulnerabilidade social no ambiente educacional para que conclua seu ciclo de estudos na instituição.

Deste modo, é alarmante o fato de que não há nenhuma garantia nem por parte da gestão do CAP, nem pela reitoria da UFPE, da permanência das bolsas até o fim do ciclo escolar dos alunos. Se pelo PAE da UFPE os estudantes de ensino superior têm a bolsa permanência até o tempo mínimo do término do curso, para os alunos em vulnerabilidade socioeconômica do CAP-UFPE o cenário mostra-se muito mais incerto.

Diante de todos os elementos trazidos para discussão ao longo do capítulo, podemos perceber o porquê da necessidade de uma assistência estudantil na educação básica: para que se possa trazer respostas e enfrentamento aos ataques do capitalismo e do neoliberalismo. Uma escola como o CAP-UFPE, que vem se posicionando para uma maior democratização do ensino dentro de seu ambiente escolar, com uma preparação voltada para a formação humana e crítica, precisa tratar a ampliação e garantia de seu programa de assistência estudantil como prioridade. A confirmação desta educação inclusiva e de qualidade só pode ser alcançada quando alicerçada na democracia e inclusão social, se adequando através de programas e projetos ao atendimento das suas necessidades educacionais.

Podemos perceber, porém, que a escola não possui condições de abraçar todos os traços da questão social que acabam por se manifestar. As condições de vida dos alunos integram diversas urgências resultantes da realidade social desigual que vivenciam, pois vão além das delimitações da escola. O ideal seria uma articulação com redes de atuação de diversas áreas e frentes de políticas sociais, destacando saúde, assistência e habitação; ainda que, no contexto capitalista, não haja a possibilidade de sanar todas as necessidades para se ter uma vida humana de qualidade.

Os elementos trazidos para debate nestes capítulos tiveram o papel de estabelecer parâmetros para enxergarmos o plano de fundo em que se concretizava o CAP-UFPE antes do advento das cotas. Além disso, vislumbrar mudanças significativas para o colégio, tanto em

relação ao que concerne ao público que passa a fazer parte dele, quanto ao corpo discente no que se refere aos aspectos pedagógicos que passam a requerer dos professores uma nova postura frente ao aluno.

No último capítulo desta monografia, apresentei uma análise dos perfis socioeconômicos dos estudantes do Colégio de Aplicação da UFPE, com foco nas mudanças observadas nestes perfis ao longo dos anos analisados, assim como os impactos a curto prazo e objetivos alcançados pela política afirmativa. Neste período, 2017 a 2022, ocorreram os principais movimentos de mudança na instituição de ensino, com a entrada da primeira turma por cotas sociais e a implementação do programa de assistência estudantil. Foi importante também nesta análise perceber as limitações da política de cotas ao não estender a questão de raça e renda enquanto critérios de seleção.

A partir da entrevista realizada com a assistente social que atua no SIAP do CAp-UFPE, Cintya Roberta Oliveira dos Santos, foi possível compreender quais foram os esforços da instituição para se adaptar e manter o aluno cotista dentro dela. Com o auxílio do resultado da análise da entrevista, foi possível também observar os impactos pedagógicos da ação afirmativa, no que diz respeito à atuação dos professores, nível de evasão e reprovação escolar. Por último, a análise passou pela recepção dos alunos cotistas na escola, a relação deles com os estudantes não cotistas e pela própria direção da escola.

Com base na análise de dados secundários obtidos através do perfil socioeconômico dos alunos, feito pela assistente social do CAp, pude analisar as mudanças observadas ao longo da série histórica. A implementação da política de cotas trouxe ao Colégio de Aplicação-UFPE mudanças significativas na sua dinâmica e estrutura. Doravante o momento que alunos de contextos sociais adversos passam a conviver no mesmo ambiente que estudantes de classes mais abastadas, há uma mudança na ordem educacional estabelecida. Enquanto produto do modo de produção capitalista, a educação se apresenta de maneira diferente para públicos distintos, reforçando o lugar que cada sujeito ocupa hoje e determinando o papel que no futuro irá cumprir ao adentrar no mercado de trabalho.

A ordem pré-estabelecida no CAp-UFPE foi, portanto, subvertida com as cotas. É importante aqui, assimilar o espaço escolar como local onde as contradições, interesses e antagonismos de classe se determinam: a escola não se constrói como espaço de neutralidade, mas sim produz e é, ao mesmo tempo, produto do sistema capitalista, e em sua expressão gera desigualdades. Enfrentar as desigualdades, sejam elas de ordem educacional ou não, no Brasil requer, antes de qualquer coisa, olhar para nossa história a fim de compreender os processos que resultaram na exclusão social e política de grandes parcelas da população. Pois a

desigualdade é muito mais que um tema, é um atributo, se manifesta em diferentes níveis, transcende praticamente todos os nossos modos de vida e nossas formas de enxergar o país e nos enxergarmos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. 3ª edição. São Paulo. Editora Moderna Ltda., 2006.

BISPO, M. M. G. **O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe: entre excelência e referência**. 2018. 80 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/10946>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BOTLER, A. M. H.; SILVA, V. A. de L. Desigualdade de Oportunidades: “injustiças democráticas” em colégios de aplicação. In: **Revista Profissão Docente**, Uberaba-MG, v.19 n.41, p.01-17, mai./ago. 2019. Disponível em <https://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1295>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Portaria nº 959/2013, de 30 de setembro de 2013. **Estabelece as diretrizes e normas gerais para o funcionamento dos Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, p. 9, N 189, 30 de dezembro. 2013.

BRASILEIRO, A. C.; SOUSA, L. B. de (et al.). **Os desafios da atuação de assistentes sociais no Ensino Fundamental I em João Pessoa (PB)**. In: FÉRRIZ, Adriana (Org.). A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2020.

SILVA, L. G. L. C.. **O Programa de Assistência Estudantil (PAE) na UFPE: contexto da crise e das contrarreformas, no período de 2014 a 2019**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO (UFPE). **Projeto Político-Pedagógico Institucional do Colégio de Aplicação da UFPE**, 2016. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39038/0/PP+CAp+mar%C3%A7o+2020.pdf/cb5990b2-55ed-41df-b35a-9913c738bd47>. Acesso em: 15 jul. 2022.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO (UFPE). **Processo seletivo para ingresso no 6º ano do ensino fundamental para 2019**, 2018. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38970/1211892/EDITAL_SELEC%C2%B8A~O_2019.pdf/3e27e342-2656-484f-b154-5b9fd3ee48bf. Acesso em: 05 out. 2022.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO (UFPE). **Regimento do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco**, 2021. Boletim Oficial nº 155 em 1º/10/2021. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39038/0/Regimento+do+Col%C3%A9gio/fe1f1a32-06dd-4f97-b474-e78fb11cc04a>. Acesso em: 18 jul. 2022.

DUTRA, N. G. dos R. **Assistência Estudantil no espaço universitário: um estudo comparativo na perspectiva da abordagem societal das representações sociais.** Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FATORELLI, L. M.; ÁVILA L.; MULLER R. **Gastos com a dívida pública cresceram 33% em 2020.** Auditoria Cidadã da Dívida. 29 de jan, de 2021. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/>. Acesso em: 02 out. 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, J. B. B. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas.** Geledes, 2012. Disponível em: ["O Debate Constitucional sobre as ações afirmativas" por Joaquim Barbosa \(geledes.org.br\)](https://geledes.org.br). Acesso em: 10 jul. 2022.

GUARNIERI, F. V.; SILVA, L. L. M. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v. 21, n. 2, p.183-193, mai/ag. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-85572017000200183&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 jul. 2022.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares - as razões do improvável.** São Paulo, Editora Ática, 1997.

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados USP**, v.18 n.50, p. 51-66, abril, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9968/11540>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

SEGATO, R. L. Cotas: por que reagimos. **Revista da USP**. São Paulo, n .68, p. 76-87, dez./jan./fev. 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/marci/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/13484-Texto%20do%20artigo_16458-1-10-20120517%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/marci/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/13484-Texto%20do%20artigo_16458-1-10-20120517%20(3).pdf). Acesso em: 01 ago. 2022.

SILVA, V. A. L. **O hibridismo entre o democrático e o gerencialismo:** um estudo a partir das singularidades dos Colégios de Aplicação Federais. 2016. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPE, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17745/1/disserta%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%B3s-defesa%20%202019.04.2016-viviane.alves.de.limasilva.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

TEIXEIRA, A. S. **Educação no Brasil.** 2ª ed. São Paulo. Ed. Nacional; Brasília, INL. 1976.

UFPE, ASCOM. **Colégio de Aplicação da UFPE é a segunda melhor escola da rede pública no Brasil no Enem 2019.** Recife, 2020. Disponível em:

https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/colégio-de-aplicação-da-ufpe-e-a-segunda-melhor-escola-da-rede-pública-no-brasil-no-enem-2019/40615.

Acesso em: 20 jul. 2022.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA
Universidade Federal de Pernambuco
Colégio de Aplicação UFPE
Discente: Israel Pedro Silva de Carvalho Santos
Orientadora: Eliane Maria Monteiro da Fonte
Identificação
Nome da assistente social: Cintya Roberta Oliveira dos Santos
Local de Atuação: Colégio de Aplicação-UFPE
Tempo de atuação em políticas educacionais: 13 anos
Perguntas
1. De maneira geral, quais principais mudanças você nota no colégio desde a entrada dos alunos cotistas?
2. Quais os incentivos institucionais promovidos para a permanência dos estudantes cotistas no Cap?
3. Quais são os critérios levados em conta para decidir quem tem direito às bolsas assistência?
4. Houve alguma dificuldade para implementação da assistência? Você acredita que as medidas de assistência estudantil do CAp dão conta das demandas de permanência dos alunos na instituição?
5. Os professores tiveram alguma dificuldade em relação à atuação com estudantes vindos do ensino público? Como se deu essa adaptação, do ponto de vista pedagógico, para atender alunos oriundos de escola pública?
6. Embora tenha sido uma grande conquista, o sistema de cotas no CAp não abarcou questões como raça e renda, por exemplo. A que motivos você acredita que se deve essa não inclusão? Há algum tipo de discussão dentro da escola para se repensar essa questão?
7. Como os estudantes cotistas foram recebidos pelos não cotistas no colégio? Houve algum tipo de atrito entre eles?
8. A pandemia acirrou desigualdades e expressões da questão social em diversos âmbitos. Como a direção lidou com essa situação dentro da escola? Quais medidas foram tomadas durante o ensino remoto e na volta às aulas presenciais para garantir a inclusão dos alunos em vulnerabilidade social?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Cintya Roberta Oliveira dos Santos, Assistente Social do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, tendo noção dos objetivos, procedimentos metodológicos e riscos da pesquisa, além de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizo o pesquisador Israel Pedro Silva de Carvalho Santos, aluno do curso de Ciências Sociais - Bacharelado da Universidade Federal de Pernambuco, sob o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso intitulado “Política de cotas no Colégio de Aplicação da UFPE: mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes”, a realizar áudios, vídeos e/ou anotações com meu depoimento que serão necessários para desenvolvimento de sua pesquisa, sem quaisquer ônus a ambas as partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização desses materiais somente para fins acadêmicos/científicos, em favor da pesquisa anteriormente mencionada. Por ser a expressão da minha vontade, assino o presente a presente autorização, cedendo, a título gratuito, todos os direitos decorrentes dos elementos por mim fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem e ou/som da minha voz, e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei 9160/98 (Lei dos Direitos Autorais).

Declaro que li e concordo com o Termo de uso de depoimento.

Recife, 17 de outubro de 2022

Cintya Roberta Oliveira dos Santos

ANEXO A - Carta de anuência

17/10/22, 11:30

https://sipac.ufpe.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=1827003



UFPE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
COLEGIO DE APLICACAO - CAP

CARTA DE ANUENCIA Nº daaa 1 / 2022 - CAP (11.99)

Nº do Protocolo: 23076.108559/2022-17

Recife-PE, 17 de outubro de 2022.

CARTA DE ANUÊNCIA

O estudante ISRAEL PEDRO SILVA DE CARVALHO SANTOS, regularmente matriculado no Curso de Ciências Sociais desta Universidade, tem a anuência deste Colégio para o desenvolvimento de sua pesquisa, intitulada: Política de Cotas no Colégio de Aplicação da UFPE: mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes, sob orientação da Professora Eliane da Fonte.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 17/10/2022 11:29)

ERINALDO FERREIRA DO CARMO

DIRETOR - TITULAR

CAP (11.99)

Matrícula: 1817572

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<http://sipac.ufpe.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1**, ano: **2022**,
tipo: **CARTA DE ANUENCIA**, data de emissão: **17/10/2022** e o código de verificação:
48787ed386
